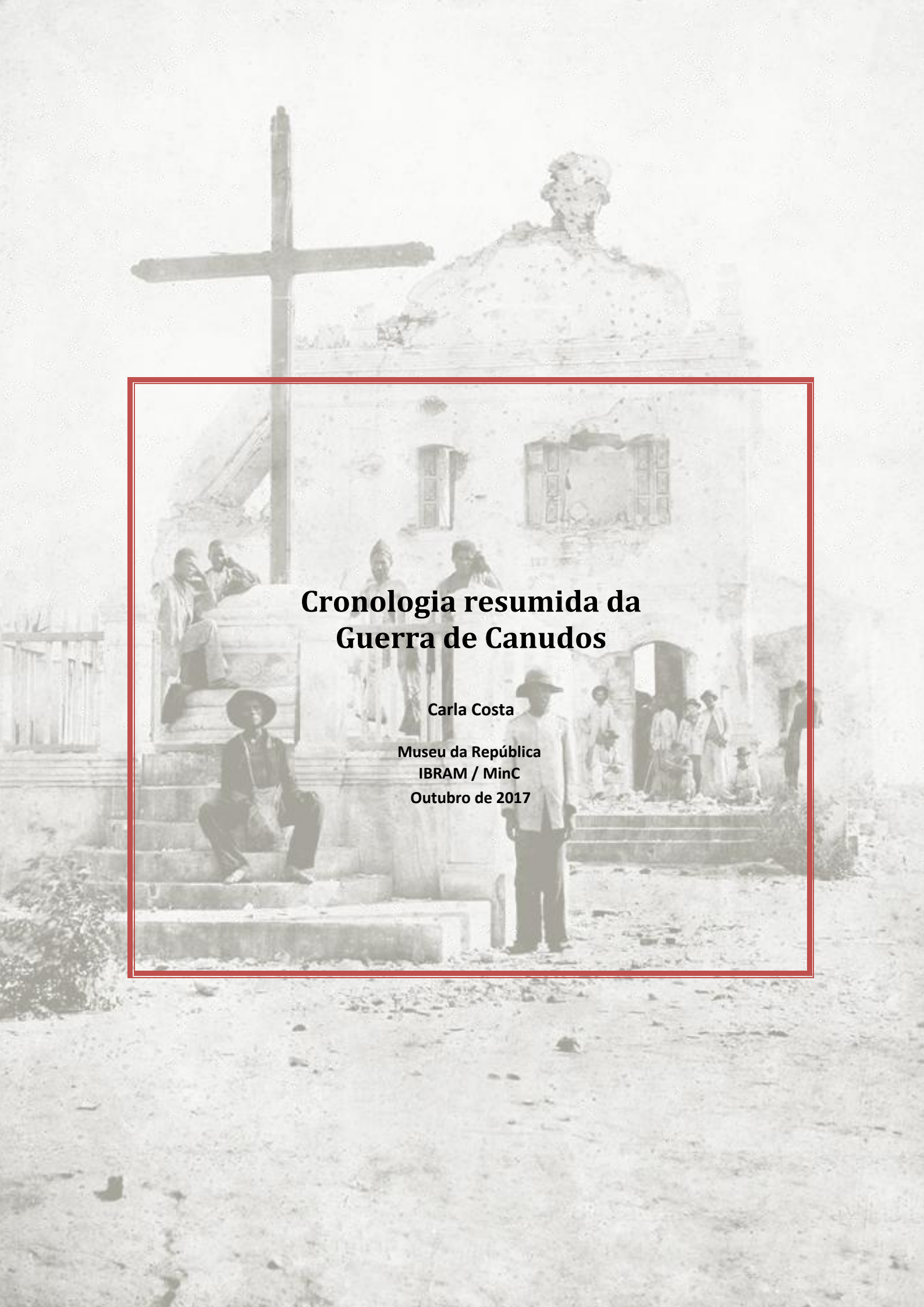


Cronologia resumida da Guerra de Canudos

Carla Costa

Museu da República
IBRAM / MinC

Outubro de 2017

AGRADECIMENTOS

MUSEU DA REPÚBLICA

Direção
Magaly Cabral

Assessor Técnico
Mario Chagas

Setor de Pesquisa
Elizabeth Sussekind
Marcus Macri

Estagiários do Setor de Pesquisa
Luciana Ribeiro
Paulo Cesar Blengini

Arquivo Histórico e Institucional
Silvia Pinho
Gleise Cruz
Paulo Celso Correa

Biblioteca
Livia Gonçalves

Setor de Museologia e Reserva Técnica
Adriana Barreira

Setor Educativo
Carlos Xavier de Oliveira

Setor de Informática
Matheus Rizzo
Sandro Estruc

Setor de Comunicação
Flavio Leão
Luiz Carlos Dias
Jorge Granja

Gabinete
Marcos Santos
Meri Santos

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Setor de Iconografia

SUMÁRIO

Introdução

I Cronologia 1

II Bibliografia.....56

III Anexos.....60

1. Fotografias de Flávio de Barros em *Os Sertões*.....60

2. Esboço geográfico do sertão de Canudos.....61

3. Esboço geológico do estado da Bahia 62

4. Distribuição da flora sertaneja.....63

5. Folha de rosto da 3ª edição de *Os sertões*.....64

Capa: Igreja de Santo Antônio (igreja velha) após bombardeio pelo exército. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

INTRODUÇÃO

A Guerra de Canudos envolve um conflito entre o exército brasileiro e os milhares de sertanejos pobres que vivem numa comunidade autossuficiente agrupada em torno de Antônio Conselheiro, líder religioso, na localidade que é chamada de Belo Monte, num vale cercado de serras, no nordeste da Bahia.

A instauração da República em 1889 traz novas configurações políticas e sociais como a separação entre Igreja e Estado; o registro civil de nascimento, casamento e morte e a cobrança de novos impostos que entram em choque com o mundo tradicional e o catolicismo popular dos canudenses.

Entre novembro de 1896 e outubro de 1897, o Estado republicano envia quatro expedições militares contra o arraial de Canudos, pois a elite política brasileira entende o conflito como uma luta de vida e morte entre pares opostos inconciliáveis: república x monarquia; civilização x barbárie e litoral x sertão. Canudos era o polo monarquista, bárbaro e sertanejo que deveria ser exterminado a fim de garantir a continuidade das instituições republicanas.

O descontentamento da Igreja com a autonomia religiosa, a oposição dos proprietários de terra que perdem mão de obra atraída pela vida do arraial e a hostilidade dos políticos locais que precisam dispor de suas grandes clientelas rurais formam uma coalizão de forças que leva à destruição do arraial de Canudos. Essa guerra é ressignificada pela interseção de várias narrativas feitas entre outros, por Flávio de Barros – fotógrafo – e Euclides da Cunha – jornalista e escritor – que percebem com nuances o profundo mal entendido cultural entre as camadas populares que não participam da vida da recém-instaurada República e os militares e civis republicanos imbuídos dos valores da “civilização e do progresso” urbanos, mas distantes do mundo rural e popular dos sertanejos.

Canudos é uma saga, uma epopeia, uma tragédia e um lugar de memória da formação social brasileira.

I *CRONOLOGIA RESUMIDA DA GUERRA DE CANUDOS*

Antônio Conselheiro. Desenho em papel. Ivan Wasth Rodrigues. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

1830 – 13 de março. Nasce Antônio Vicente Mendes Maciel, filho do comerciante Vicente Mendes Maciel e de Maria Joaquina do Nascimento, em Quixeramobim, na província do Ceará. No casamento nascem mais duas filhas e Vicente perde sua mãe aos quatro anos. Seu pai casa-se pela segunda vez e tem mais uma filha. Ao longo de décadas, a família de Antônio - o clã Maciel esteve envolvido em guerras contra o clã Araújo que envolveram vinganças, assassinatos e emboscadas com muitas vítimas, nos dois clãs, durante várias gerações.

1845 – O Parlamento inglês aprova o *Bill Aberdeen* que autoriza a Marinha inglesa a apreender navios negreiros e a aprisionar e julgar sua tripulação.

1850 – setembro. Proibição do tráfico negreiro interatlântico através da Lei Eusébio de Queiroz.

1857 – Antônio Vicente Mendes Maciel casa-se com Brasilina Laurentina de Lima. Trabalha como professor no magistério, pois tem conhecimento de latim e aritmética.

1859 – Após a morte do pai, Antônio Vicente muda-se para Sobral, no Ceará devido a dificuldades financeiras com o negócio da família e problemas matrimoniais. Atua como caixeiro numa venda. No ano seguinte, transfere-se para Campo Grande onde trabalha como escrivão de um juiz de paz.

1860 – No pontificado do papa Pio IX, a Igreja sofre uma grande reforma chamada de *romanização* que vai significar uma renovação da hierarquia católica com a valorização da autoridade dos bispos e arquidioceses sobre os novos padres que assumem as paróquias. É um movimento que combate e diminui a importância dos pregadores leigos, muito comuns no Nordeste do Brasil.

1861 – Antônio Vicente muda-se para Ipu (CE), sua esposa o abandona e seu casamento é desfeito. Nos anos seguintes, começa uma vida de peregrino fazendo orações e penitência em companhia de um grupo de fiéis que o segue pelas estradas e lugarejos do interior.

1866 – 20 de janeiro. Nasce Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, filho de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha e Eudóxia Alves Moreira, na fazenda de café *Saudade*, em Cantagalo, no vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro. O pai trabalha como contador nas fazendas de café da região e após o casamento adquire pequena propriedade.
Sua irmã Adélia, nasce em 1868 e sua mãe Eudóxia, morre vitimada por tuberculose, em 1869. Ao longo da infância e adolescência, a instabilidade econômica do pai obriga os dois irmãos a mudarem constantemente para a residência de parentes: a casa dos tios maternos em Teresópolis, (RJ), depois para a fazenda de outros tios maternos em São Fidélis (RJ). Mais tarde, Euclides mora na casa do avô paterno em Salvador e depois na residência de um tio paterno no centro do Rio de Janeiro.

1870/1875 – Devoto da Virgem Maria, Antônio Maciel torna-se conhecido como *Antônio Conselheiro*, um pregador de sermões – *conselhos* que peregrina pelo sertão da Bahia e de Sergipe com um grupo de devotos que aumenta ano a ano. Eles cumprem uma missão: uma vida de penitência e de trabalho coletivo investido na construção e reparos de igrejas, açudes, tanques, cemitérios e estradas. Defensor da ortodoxia religiosa católica, o Conselheiro aborda nas pregações ou conselhos os temas da terra prometida e também fala dos costumes, da política, das condições da vida material. Embora não ministre sacramentos nas igrejas, Conselheiro promove novenas, festas, batizados e transfere todos os ganhos para a Igreja, sem auferir nenhuma vantagem monetária. Nesse momento, o grupo é bem recebido por alguns párocos que concedem licença para as pregações e pelos proprietários rurais que podem contar com uma mão de obra pacífica e gratuita que realiza obras públicas.
Nas andanças pelo sertão, Antônio Conselheiro também chamado o *Peregrino* tece uma vasta rede de aliados através do compadrio: Nossa Senhora é a madrinha e ele é o padrinho de batismo de muitas crianças que se tornam seus afilhados e os pais seus compadres. É um laço espiritual forte que une padrinho, afilhado e compadres, subtraindo seus membros ao laço social do sertão: os pobres que só podem contar com a proteção de um padrinho: o senhor local.

Quando o arraial de Belo Monte entrar em conflito com a ordem estabelecida, o Conselheiro e os seguidores acionam essa rede de poder do compadrio e convocam primeiro os afilhados e compadres, depois parentes e amigos para apoiarem a comunidade na luta.

1871 – Aprovação da Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco que concede liberdade, depois de 21 anos a todos os escravos nascidos a partir dessa data.

1874 – Primeiras notícias sobre Conselheiro num jornal de Sergipe que noticia a passagem pela cidade de Estância, segundo Walnice Nogueira Galvão (2002:33): “tipo físico de sertanejo, barba e cabelo comprido, camisolão azul de brim, a aparência desmazelada, o carisma, as obras em andamento de restauração de uma capela e naturalmente o perigo para a ordem constituída”.

1876 – Antônio Conselheiro é preso na Bahia e levado a Fortaleza e Quixeramobim, no Ceará, sob a falsa acusação de ter assassinado a mãe e a esposa. É considerado inocente e ao ser libertado, faz a promessa de construir 25 igrejas pelo sertão e retorna à Bahia. Cumpre a promessa ao construir e fazer reparos em muitas igrejas e cemitérios na Bahia e Sergipe, segundo Galvão (2002:36): o muro do cemitério de Entre Rios; construção do cemitério da Ribeira do Pau Grande; edificação do cemitério de Timbó; restauração da capela da Rainha dos Anjos; reparação da igreja de Campos; construção da igreja do Chorrochó; da igreja do Bom Jesus; da igreja de Beritinga e da igreja e do cemitério de Natuba.

1877 – Uma seca violenta assola o Nordeste provocando uma profunda crise econômica e deixando em torno de 100.000 mortos e flagelados. Surgem grupos de famílias de retirantes que circulam pelas estradas e povoados em busca de comida e trabalho.

1882 – Antônio Conselheiro é proibido de pronunciar sermões nas igrejas pelo arcebispo da Bahia, dom Luís Antônio dos Santos com a justificativa que não é um sacerdote ordenado pela Igreja católica.

1883 – Euclides entra no Colégio Aquino onde é aluno de Benjamin Constant, professor de matemática, engenheiro militar, republicano e positivista, figura importante na sua formação.

Início da Questão Militar dado o descontentamento dos militares com sua posição secundária na arena política, principalmente depois da vitória do Brasil na guerra do Paraguai.
Movimento abolicionista torna-se mais forte com a fundação da Confederação Abolicionista. Publicação de *O abolicionismo* de Joaquim Nabuco.

1884 – A província do Ceará declara extinta a escravidão em seu território. Euclides da Cunha publica seu primeiro artigo no jornal *O Democrata*, publicação do colégio Aquino onde fazia os estudos secundários.

1885 – Euclides ingressa no curso de engenharia na Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, mas o frequenta por apenas um ano.
É aprovada a Lei Saraiva - Cotegipe ou Lei do Sexagenário que concede liberdade aos escravos com mais de 60 anos. Essa idade era dificilmente alcançada pelos escravos que tinham expectativa de vida em torno de 40 anos.

1886 – Euclides inscreve-se no curso de Estado-Maior e engenharia militar da Escola Militar – na Praia Vermelha, na Urca, Rio de Janeiro que tem a vantagem de fornecer alojamento, alimentação e soldo. A Escola Militar é uma instituição muito influenciada pelas ideias positivistas e congrega várias correntes republicanas. Parte dos oficiais deseja promover mudanças sociais através da ação política como cidadãos soldados num modelo de Estado intervencionista – a ditadura republicana, com o objetivo de resgatar o país do atraso. Os cadetes e oficiais consideram que a Revolução Francesa (1789) e a república francesa são modelos de regime político e de governo que deveriam ser seguidos pelo Brasil na transição do regime monárquico para o republicano.

1887- 26 de junho. Fundação do Clube Militar. Resolução do Exército de não acatar mais ordens de procura de escravos fugitivos.

1888 – 13 de maio. Abolição da escravatura com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. Comemorações populares nas ruas com participação dos cadetes da Escola Militar. O trabalho escravo foi extinto, mas os ex-escravos não recebem nenhum tipo de apoio para começar sua nova vida como libertos: terra, casa, escola ou ferramentas, o que significa que não tem nenhuma facilidade para entrar no mundo da cidadania, no futuro.

1888 – 4 de novembro. Com o pretexto de incapacidade física, o exército desliga Euclides da Escola Militar como punição ao seu ato de protesto contra a ausência de promoções para o posto de alferes-aluno. A manifestação acontece durante revista de tropas dentro da escola, na presença do ministro da Guerra, Tomás Coelho. Euclides sai de forma e atira o sabre-baioneta aos pés do ministro. Esse gesto de rebelião faz parte de um plano coletivo dos cadetes para deposição de D. Pedro II e a instauração da República. É levado para o hospital militar do morro do Castelo e depois preso para a Fortaleza de Santa Cruz. Por clemência do imperador Dom Pedro II, não é submetido ao conselho de guerra e à aplicação da pena prevista no código militar. Esse incidente da Escola Militar merece artigos na imprensa e é discutido no Parlamento.

Em dezembro, Júlio de Mesquita Filho convida Euclides para escrever no jornal *A província de São Paulo*, hoje *O Estado de São Paulo*, periódico defensor da causa republicana. Sua primeira contribuição intitula-se *A pátria e a dinastia*, e inaugura uma série de artigos de propaganda republicana e antimonárquica.

Euclides da Cunha aos 25 anos. Revista Dom Casmurro. Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, maio de 1946. Número especial de aniversário. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

1889 – 15 de novembro. O marechal Deodoro da Fonseca lidera o golpe que derruba a monarquia e instaura a República, movimento político que ocorre sem qualquer participação popular. Além do fim da monarquia, o novo regime de governo vai introduzir mudanças como eleições diretas, novos impostos, separação entre igreja e estado, liberdade de culto, registro civil de nascimento, casamento e óbito. Essas transformações são consideradas perturbadoras e disruptivas por Antônio Conselheiro e seguidores e causam medo e apreensão nos fiéis. Eles vivem num mundo patriarcal e são devotos de um catolicismo tradicional popular que reverencia o regime monárquico e a figura do imperador D. Pedro II visto como um rei eterno e paternal.

1889 – Euclides volta à Escola Politécnica para prosseguir estudos de engenharia. Embora fosse um ativo militante republicano, só toma conhecimento da proclamação da República pelos jornais e por um colega, em 16 de novembro. Edgar Sampaio, um companheiro da escola o convida a participar de uma reunião que acontecerá na residência do tio, major Frederico Sólon Sampaio Ribeiro, quando irá conhecer sua futura esposa, Ana Emília, filha do major.
Com a instauração da República, Benjamin Constant – antigo professor de Euclides – torna-se ministro da Guerra e Euclides é reintegrado ao Exército com apoio dos colegas da Escola Militar e do major Sólon, seu futuro sogro.

1890 – Euclides matricula-se na Escola Superior de Guerra e conclui curso de artilharia em 11 de março. É promovido a segundo-tenente. Casa-se com Ana Emília Ribeiro que tem 18 anos e é filha do coronel Frederico Sólon Sampaio Ribeiro, um dos militares do grupo de líderes da proclamação da República.

1891 – Promulgada 1ª Constituição Republicana e o Congresso elege Deodoro, primeiro presidente constitucional do Brasil. Em novembro, Deodoro fecha o Congresso que não aprova seu pedido de emissão de moeda. Decepcionado com a especulação financeira do Encilhamento e com as acusações de nepotismo e corrupção no governo Deodoro, Euclides participa de reuniões na residência do marechal Floriano Peixoto, que preparam o golpe que derruba o presidente e conduz Floriano, seu vice, ao poder. Esses militares que apoiam Floriano constituem uma força política importante e são considerados radicais republicanos dentro do exército. Nasce sua primeira filha Eudóxia que falece com poucas semanas de vida.

1892 – Euclides conclui o curso de Estado Maior e engenharia militar da Escola Superior de Guerra e é promovido a primeiro tenente. Recebe o diploma de bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais da Escola Superior de Guerra. Numa audiência com Floriano Peixoto, presidente da República, Euclides tem a possibilidade de escolher qualquer posição, mas aceita apenas o posto previsto pela legislação e começa um estágio como engenheiro praticante na Estrada de Ferro Central do Brasil, entre as cidades de São Paulo e Caçapava. Em 11 de novembro, nasce seu primeiro filho varão Sólon Ribeiro da Cunha.

1893 – O governo de Floriano Peixoto – chamado de marechal de ferro – sofre com a instabilidade política provocada pela Revolta Federalista (1893 - 1895), um movimento antirrepublicano que se desenrola nos estados do sul com massacres e pilhagens.
Enquanto no Rio de Janeiro, o contra-almirante Custódio de Melo lidera a Revolta da Armada (1893-1894), com rebeldes que assumem o comando dos navios da Marinha e ameaçam bombardear a cidade, no sentido de conseguir a saída do presidente Floriano e a convocação de novas eleições.
A população do Rio tem de fugir dos bairros do centro da cidade e procurar abrigo nos subúrbios ou em outras cidades. O governo Floriano combate as duas consequências da Revolta: a sonegação de alimentos e a falta de abrigos para a população o que lhe granjeia simpatia popular além do apoio dos militares.
O exército convoca Euclides - engenheiro lotado na Diretoria de Obras Militares - para supervisionar a construção de trincheiras nas fortificações do litoral do Rio de Janeiro, com o objetivo de defender a cidade dos bombardeios feitos pelos navios da Marinha.
O sogro de Euclides, general Sólon é preso sob a acusação de vínculos com a Revolta da Armada. A esposa de Euclides, Ana Emilia e o filho se abrigam na fazenda da família Cunha, em Descalvado, São Paulo. As duas revoltas serão derrotadas pelo exército.

1893 – maio. Em várias localidades baianas – Bom Conselho, Itapicuru, Soure, Amparo e Bom Jesus – Antônio Conselheiro lidera um protesto com queima das tábuas que continham os editais de novos impostos criados pelo governo da República. Em Masseté, o grupo entra em choque com a polícia estadual que é derrotada na refrega.

Lado sul de Canudos, com as ruínas das igrejas ao fundo. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

Lado norte de Canudos, à direita Igreja de S. Antônio e à esquerda Igreja de Bom Jesus. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

1893 – Depois de peregrinar pelo interior da Bahia e de Sergipe durante duas décadas, Antônio Conselheiro estabelece uma comunidade de milhares de seguidores, numa antiga fazenda, no povoado de Canudos, que passa a ser chamado de Belo Monte. Ele localiza-se num vale cercado de colinas, servido por várias estradas, às margens de um rio intermitente – o Vaza-Barris – no nordeste da Bahia.

No arraial de Belo Monte a comunidade edifica duas igrejas, armazéns, reservatórios de água, escola e depósito de armas. Há algumas moradias mais sólidas feitas de alvenaria e telhas onde moram comerciantes e muitas ruas com casas mais simples com paredes de barro e telhados cobertos por folhas de icó.
A comunidade permite que os recém-chegados possam construir suas casas, e fazer pequenas plantações, pois não existe propriedade privada da terra e no entorno da capela existiam léguas livres para construção. Em caso de necessidade, existe distribuição de alimentos e roupas e há um regime permanente de recebimento de doações que são coletadas pelo sertão em espécie ou numerário.
O arraial funciona como uma comunidade autossuficiente, autônoma, independente, sem proprietário, padre e delegado. É um modo alternativo de vida que retira os conselheiristas das esferas de poder da propriedade, da igreja e da justiça representados pelo dono de terras, pelo padre e pelo delegado, segundo as reflexões de Walnice Galvão. (Cunha, 2009:9)

O centro do arraial era formado por uma praça quadrada com uma rua principal, a rua das Casas Vermelhas ou do Comércio com algumas casas de alvenaria e telhas vermelhas pertencentes aos comerciantes Antônio da Mota, Antônio Vilanova e Macambira. As duas igrejas ficam em lados opostos da praça. A igreja de Santo Antônio – a Igreja Velha é restaurada e reinaugurada pelo padre Vicente Sabino dos Santos, da localidade de Cumbe, em agosto de 1893 com festas e casamentos. O sino do campanário ressoará em todos os finais de tarde até a destruição da igreja no fim do conflito.
A Igreja do Bom Jesus – a Igreja Nova é um templo maior com grandes muros e torres e será um baluarte de resistência dos conselheiristas durante o final da guerra de Canudos.
Anteriormente, existia no povoado uma antiga capelinha de Nossa Senhora da Conceição, com altar e imagens de santos que passa a ser chamada de *Santuário*, onde Antônio Conselheiro mora num quarto anexo. Os canudenses podem assistir a dois ofícios diários, antes do nascer do sol e no final da tarde e ouvir os *conselhos* ou sermões do Conselheiro que marcados com antecedência atraem crentes de toda a região que pedem audiência e fazem doações à comunidade.
Conselheiro é uma liderança carismática que prega em seus sermões que os crentes com trabalho duro e seguidores dos preceitos da moral cristã ficam sob a proteção espiritual contra o mundo secular em corrupção.

Para os devotos, Belo Monte é um lugar onde podem viver de acordo com a lei de Deus dentro de uma rotina controlada e segura, longe da fome, da privação e das ameaças do mundo moderno.
Eles querem viver em paz e alcançar a redenção longe de um mundo ameaçador. Vivem sob a tríade da fé, penitência e esperança.
Belo Monte atrai em torno de 15.000 sertanejos traumatizados pelos anos de privação, pelas secas periódicas, pela dominação dos grandes proprietários, e pelos conflitos entre clãs regionais. Eles são vaqueiros, meeiros, parceiros e jornaleiros - ex-escravos, índios, mestiços - que sozinhos ou com famílias inteiras se deslocam para Belo Monte na esperança de uma vida melhor.
A comunidade torna-se uma grande cidade do interior baiano com 5.200 casas e provoca um êxodo rural de trabalhadores que abala os dois sustentáculos de poder dos proprietários de terra locais: a mão de obra disponível e a vasta clientela que os donos do poder podem dispor para usá-la nas eleições com o voto de cabresto.
Walnice Galvão (2002:48, 49) descreve os heróis do arraial de Belo Monte: os quadros especializados da comunidade de Canudos que compreendem uma Guarda Católica de 12 apóstolos - milícia armada que guarda o *Santuário*, onde há a capelinha com a moradia do Conselheiro em anexo. Eles recebem soldo, vestem uniformes e recebem munição fornecida pelo Conselheiro.
No Santuário, a residência do Conselheiro é administrada por tia Benta, a mordoma que coordena as beatas que cuidam do cotidiano doméstico do Conselheiro que leva uma vida de rigoroso ascetismo: quase não se alimenta, reza dia e noite, aconselha os fiéis, impõe costumes austeros com proibição de bebida, fumo e enfeites nas indumentárias.
O secretário do Conselheiro chama-se Leão da Silva e é responsável por escrever suas cartas, anotar seus pedidos e redigir seus sermões, além de trabalhar como guarda livros numa loja no arraial.
A Companhia do Bom Jesus é constituída de 1200 homens sob a chefia de João Abade, o Chefe do Povo - comandante militar responsável pela defesa do arraial e chefe da Guarda Católica.
O chefe civil de posto mais alto era Paulo José da Rosa - liderança mais velha que acompanha Conselheiro durante longos anos.
Pajeú é um combatente negro pernambucano, um ex-soldado ou policial que fica conhecido por planejar táticas de guerrilha nos combates contra o exército na guerra de Canudos.
Um curandeiro chamado Manuel Quadrado cuida dos doentes e feridos e uma professora ensinava as crianças em classes mistas e recebia pequeno pagamento dos alunos.

Pedro Nolasco de Oliveira ou Pedrão nasce na região de Canudos, casa-se na Igreja de Santo Antônio – a igreja velha e constitui grande família que luta contra várias expedições do exército.
Torna-se membro da Guarda Católica e luta no arraial no comando de um grupo de resistentes até a morte de Antônio Conselheiro. Consegue sobreviver ao fim da guerra e retorna a região de Canudos onde viveu e concedeu depoimentos importantes sobre o cotidiano do conflito ao historiador José Calasans.

> Homens, mulheres e crianças, velhos trôpegos e titubeantes, moços robustos e desempenados - carregando imagens de todos os tamanhos e de todos os santos, acurvados sob andores, passaram, cruzes alçadas á frente, entoando ladainhas, lentamente, pelas estradas. Teve este fato, muitas testemunhas que aqui estão contestes.
> Sob uma atração irresistível famílias inteiras mudaram-se para Canudos que cresceu bruscamente em poucos meses, porque a edificação rudimentar permitia que multidão sem lar fizesse uma média de doze casas por dia.

Queimadas, 1º de setembro de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000; p.139.

1894 – Em 1º de março, a primeira eleição direta da presidência da República escolhe o paulista e civil Prudente de Moraes e o baiano Manuel Vitorino com o apoio dos grandes proprietários de café, temerosos do radicalismo dos jacobinos.
O exército transfere Euclides para a cidade de Campanha (MG) para trabalhar na transformação de um prédio em quartel de cavalaria. Trata-se de uma punição pelas cartas que escreveu à *Gazeta de Notícias*, contra a proposta de execução dos rebeldes da Revolta da Armada feita pelo senador florianista, João Cordeiro, do Ceará.
Nasce seu filho Euclides Ribeiro da Cunha Filho, o Quidinho. O sogro general Sólon é inocentado e nomeado comandante do 3º Distrito Militar em Salvador, mas escreve artigos num jornal sobre sua inocência, e o exército o transfere para Mato Grosso, em punição.

1895 – Euclides está descontente com os rumos da carreira militar e consegue licença do Exército por incapacidade física devido à tuberculose. No ano seguinte decide reformar-se no posto de tenente, com apenas um terço do soldo.

Torna-se engenheiro na Superintendência de Obras Públicas em São Paulo. Nesse cargo, reside em São Carlos do Pinhal (SP) e fiscaliza obra de ponte em São José do Rio Pardo (SP).

1895 – O arcebispo da Bahia envia dois capuchinhos italianos frei João Evangelista de Monte Marciano e Caetano de Leo e o padre da cidade de Cumbe, Vicente Sabino dos Santos com a tarefa de investigar as atividades religiosas da comunidade do arraial de Canudos. De volta a Salvador, um dos capuchinhos, frei Marciano escreve um relatório sugerindo intervenção do governo, com o argumento que os canudenses não queriam pagar impostos nem obedecer a Igreja católica oficial.

1896 – O arraial de Belo Monte pratica uma agricultura de subsistência com plantações de mandioca, milho, feijão, cana de açúcar e criação de cabras. Mantém relações comerciais com as localidades próximas e até mesmo com alguns poderosos e famílias que assistem aos sermões do Conselheiro na igreja. Para continuar as obras na Igreja de Bom Jesus – a Igreja Nova – a comunidade encomenda madeira em Juazeiro, e realiza previamente o pagamento do material. Mas há um atraso na entrega e surgem boatos de que os canudenses iriam se deslocar até a cidade e pegar a madeira à força. As autoridades de Juazeiro ficam temerosas com o boato de invasão e solicitam tropas ao governo da Bahia.
Esse episódio é o início do conflito armado entre os conselheiristas e as forças armadas que se estenderá ao longo de quatro expedições militares contra Canudos.

> E esse acervo incoerente de casebres escuros e pequenos tendo quase todos uma só porta e muitos nem uma só janela desdobra-se pelas lombadas, cai para o fundo das sangas, reveste uma extensão enorme.
> (...) mas não se compreende a vida dentro dessas furnas escuras e sem ar, tendo como única abertura, às vezes, a porta estreita da entrada e cobertas por um teto maciço e impenetrável de argila sobre folhas de icó!
> Quando o olhar do observador se acomoda afinal à penumbra que reina no interior percebe uma mobília que é a de todas as casas quase: um banco grande e grosseiro (uma tábua sobre quatro pés não torneados); dois ou três banquinhos; redes de *cruá*; dois ou três baús de cedro de três palmos sobre dois. É toda a mobília. Não há camas; não há mesas, de um modo geral.

Canudos, 29 de setembro de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.201,202 e 203.

Uma casa em Canudos. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

1896 – novembro. O tenente Manuel da Silva Pires Ferreira comanda a primeira expedição militar contra Canudos formada por 113 soldados, oficiais, médico e guias recrutados nas forças do estado da Bahia. Sofrem um ataque de emboscada dos conselheiristas em Uauá e embora com poucas baixas, as tropas governamentais são obrigadas a recuar, voltar a Juazeiro, e desistir de alcançar o arraial de Belo Monte.

Foi como uma fuga.
A Travessia para Juazeiro fez-se a marchas forçadas, em quatro dias. E quando lá chegou o bando dos expedicionários, fardas em trapos, feridos, estropiados, combalidos, davam a imagem da derrota. Parecia que lhes vinham em cima, nos rastros, os jagunços. A população alarmou-se, reatando o êxodo. Ficaram de fogos acesos na estação da via férrea todas as locomotivas. Arregimentaram-se todos os habitantes válidos, dispostos ao combate. E as linhas do telégrafo transmitiram ao país inteiro o prelúdio da guerra sertaneja...

Cunha, Euclides da. Os sertões. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2009; p.208.

Facão que pertenceu a Pedrão, um dos chefes de Antônio Conselheiro no arraial de Canudos. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

1896 – dezembro. O sogro de Euclides, general Sólon Ribeiro é afastado do comando do 3º Distrito Militar na Bahia devido a conflitos com o governador Luiz Viana relativos ao planejamento da 2ª expedição contra o arraial de Belo Monte.

1896 – Os jornalistas, escritores, críticos e políticos do Rio de Janeiro que frequentam as redações, editoras, lojas, restaurantes, cafés e livrarias da rua do Ouvidor – local de reunião da elite política e intelectual – eram republicanos de vários matizes que tinham como paradigma de modernidade e civilização a cidade de Paris e seus modelos políticos, literários e sociais a serem alcançados no futuro.
Essa *intelligentsia* urbana desconhece profundamente o modo de vida do interior do Brasil, os sertanejos, o catolicismo popular e a figura de Antônio Conselheiro.
A imprensa divulga em artigos e editoriais que os conselheiristas são monarquistas, católicos, que tem apoio de países estrangeiros e principalmente que são conspiradores que querem derrubar a República e restaurar a monarquia. São inimigos da República recém-instaurada e devem ser exterminados porque querem a volta da ordem monárquica e escravocrata.

A imprensa, os jornalistas, militares e autoridades utilizam a palavra *jagunço* em todas as reportagens, cartas e relatórios quando mencionam a comunidade de Belo Monte – homens, mulheres e crianças – que segue a liderança de Antônio Conselheiro.
Cícero de Almeida (1997:12, 13) observa na construção do "bárbaro ameaçador", a eficácia do termo *jagunço* que originalmente significava uma arma de metal com uma haste de ponta de ferro aguda e depois um guarda-costas ou capanga armado de proprietários de terras, políticos e poderosos em geral e também um criminoso armado.

1897 – janeiro. O major Febrônio Pereira de Brito chefia a segunda expedição militar que conta com 609 soldados e 10 oficiais das forças do estado da Bahia. Eles combatem os conselheiristas durante dois dias e retiram-se em 20 de janeiro com feridos sem condições de avançar na travessia da serra do Cambaio e se organizar para um ataque contra o arraial de Canudos.

> Começara, de fato, a retirada.
> ...Não havia um homem válido. Aqueles mesmos que carregavam os companheiros sucumbidos claudicavam, a cada passo, com os pés sangrando, varados de espinhos e cortados pelas pedras. Cobertos de chapéus de palha de grosseiros, fardas em trapos, alguns tragicamente ridículos mal velando a nudez com os capotes em pedaços, mal alinhando-se em simulacro de formatura, entraram pelo arraial lembrando uma turma de retirantes, batidos dos sóis bravios, fugindo à desolação e à miséria.
> A população recebeu-os em silêncio.
>
> Cunha, Euclides da. Os sertões. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2009; p.247.

1897 – 31 janeiro. Machado de Assis em sua crônica na coluna *A semana* no jornal *A Gazeta de Notícias* afirma que protesta em nome da poesia contra a perseguição a Conselheiro, personagem que é conhecido por anedotas e boatos sinistros. Mas que é desconhecido e misterioso, pois "fundou uma seita a que não se sabe o nome e a doutrina". Sugere que um jornal envie um correspondente "meio fotógrafo ou desenhista" para que se conheça o rosto do líder e de seus auxiliares e a verdade da nova seita. O escritor com fina lucidez pergunta "que nos ficará depois da vitória da lei"?

> Os direitos da imaginação e da poesia hão de sempre achar inimiga uma sociedade industrial e burguesa. Em nome deles protesto contra a perseguição que se está fazendo à gente de Antônio Conselheiro. Este homem fundou uma seita a que se não sabe o nome nem a doutrina. Já este mistério é poesia.

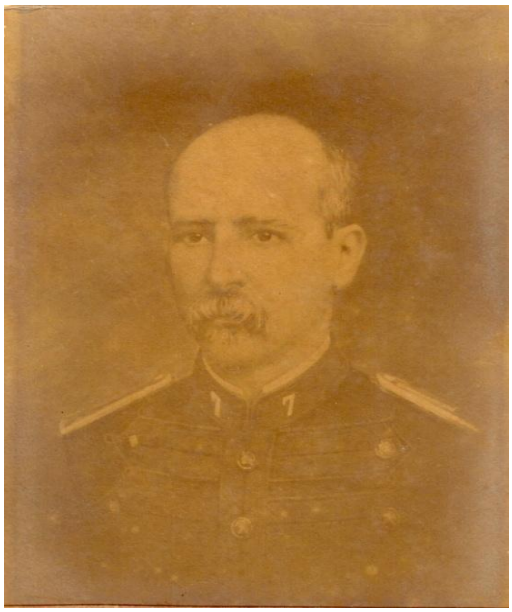
> Contam-se muitas anedotas, diz-se que o chefe manda matar gente, e ainda agora fez assassinar famílias numerosas porque o não queriam acompanhar. É uma repetição do crê ou morre; mas a vocação de Maomé era conhecida.
> De Antônio Conselheiro ignoramos se teve alguma entrevista com o anjo Gabriel, se escreveu algum livro, nem sequer se sabe escrever. Não se lhe conhecem discursos. Diz-se que tem consigo milhares de fanáticos.
> Diz-se que é um místico, mas é tão fácil supô-lo que não adianta nada dizê-lo. Nenhum jornal mandou ninguém aos Canudos. Um repórter paciente e sagaz, meio fotógrafo ou desenhista, para trazer as feições do Conselheiro e dos principais sub-chefes, podia ir ao centro da seita nova e colher a verdade inteira sobre ela.
> A perseguição faz-nos perder isto; acabará por derribar o apóstolo, destruir a seita e matar os fanáticos. A paz tornará ao sertão, e com ela a monotonia. A monotonia virá também à nossa alma. Que nos ficará depois da vitória da lei?

Machado de Assis. 31 de janeiro de 1897. A semana. Gazeta de Notícias. Disponível em machado. mec.gov.br. Acesso em março de 2017.

1897 – 6 de fevereiro. A terceira expedição contra Canudos é organizada pelo governo federal e conta com 1300 soldados sob o comando do coronel Antônio Moreira César – oficial florianista conhecido como *Corta-Cabeças* pela atuação sanguinária na Revolta Federalista (1893/1895) – que morrerá em 4 de março em consequência dos ferimentos recebidos em combate. No conflito, as tropas recuam e as armas abandonadas pelos soldados serão de grande valia para os conselheiristas que as usarão nas próximas lutas, pois seus equipamentos são muito rudimentares. Os uniformes dos soldados são inadequados para luta numa região semiárida, pois são feitos de tecido de lã, sem proteção contra cactos e têm cores vivas como azul e vermelho que sobressaíam na caatinga parda e tornavam mais fácil alvejar os soldados.
O corpo do coronel Tamarindo é pendurado numa árvore e exposto ao ar livre pelos conselheiristas até ser resgatado pelo exército.

> Dólmãs, bonés, galões, talins, calças vermelhas rutilantes, amplos capotes, camisas em pedaços, selins e mantas,pendurados nos galhos das árvores, oscilam lugubremente sobre a cabeça do viajante que passa, aterrado, atravessando entre duas fileiras de caveiras adrede dispostas, enfileiradas aos lados.
> O malogrado coronel Tamarindo – um velho soldado jovial como havia poucos – foi reconhecido pela farda nesse cenário fantástico; sem cabeça, espetado num galho seco de angico e tendo sobre os ombros descarnados, pendido como num cabide, descendo-lhe pelo esqueleto abaixo, o dólmã.

Bahia, 20 de agosto de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.115, 116.



Retrato do cel. Antônio Moreira César, comandante da 3ª expedição na guerra de Canudos, s/ autor, s/ data. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

1897 – março. O presidente da República, Prudente de Moraes reassume o governo depois de uma licença para tratamento de saúde e se defronta com as críticas dos florianistas e jacobinos que o responsabilizam pelo fracasso da terceira expedição contra Canudos. No Rio de Janeiro, a repercussão da derrota militar é intensa e provoca o ataque às redações de jornais monarquistas e o assassinato do partidário da monarquia, coronel e jornalista Gentil de Castro.

1897 – março. Antes mesmo de conhecer a região, Euclides publica dois artigos intitulados *A nossa Vendéia* no jornal *O Estado de São Paulo* sobre a inesperada derrota da 3ª expedição militar chefiada pelo coronel Moreira César contra Canudos. Para escrevê-los, Euclides estuda a geografia, o clima e a geologia do local através de informações de um colega de trabalho da Superintendência – o engenheiro baiano Teodoro Sampaio, que havia trabalhado em obras no rio São Francisco e na estrada de ferro local.
Também consegue com Teodoro pela primeira vez um mapa da região de Canudos que pelo ineditismo é enviado ao estado maior do exército.
Euclides faz um paralelo entre a revolta da *Vendéia* - uma rebelião de camponeses monarquistas e católicos (*chouan*) contra a Revolução Francesa, que lutavam numa região de pântanos - e a guerra de Canudos.

Ele imagina que os conselheiristas são camponeses que querem restaurar a monarquia e destruir a república lutando contra o exército num meio árido e áspero que os favorece. Afirma que há uma simbiose entre o homem e a terra. O meio físico seria o maior aliado dos conselheiristas na luta contra os soldados podendo justificar as três derrotas das expedicões militares. O solo é arenoso com vegetacão de cactos, há temperaturas extremas no mesmo dia e um regime de secas e chuvas torrenciais que enchem os leitos de rios intermitentes.

> O homem e o solo justifica assim de algum modo sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título deste artigo. Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do império.
> A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se, completam-se. O *chouan* fervorosamente crente ou o *tabaréu* fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados.
> A República sairá triunfante desta última prova.
>
> A Nossa Vendéia. 14 de março de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; p.51.

No segundo artigo, Euclides avalia o "jagunço" como um reflexo do meio bruto e árido em que vive e que ele consegue sobreviver praticamente sem recursos num meio miserável. A região tinha uma natureza com serras e encostas com gargantas estreitas que serviam para emboscadas; trincheiras e rochas calcárias que fornecem salitre para confecção de pólvora e rios com grãos de quartzo que podem ser usados como balas.

> Não há persegui-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso, abrupto –.
> O jagunço é uma tradição justalinear quase do *iluminado* da Idade Média. O mesmo desprendimento pela vida e a mesma indiferença pela morte, dão-lhe o mesmo heroísmo mórbido e inconsciente de hipnotizado e impulsivo.
> Uma sobriedade extraordinária garante-lhe a existência no meio das maiores misérias.
> Por outro lado, as próprias armas inferiores que usam, na maioria, constituem em recurso extraordinário: não lhes falta nunca a munição para os bacamartes grosseiros ou para as rudes espingardas de pederneira. A natureza (...) fornece-lhes ainda a carga para as armas: as cavernas numerosas que se abrem nas camadas calcárias dão-lhes o salitre para a composição da pólvora e os leitos dos córregos, lastrados de grãos de quartzo duríssimos e rolados, são depósitos inexauríveis de balas.

... Caindo inopinadamente numa emboscada, ao atravessarem uma garganta estreita ou capão de mato, os batalhões sentem a morte rarear-lhes as fileiras e não veem o inimigo – fulminando-os do recesso das brenhas ou abrigados pelos imensos blocos de granito...

A Nossa Vendéia. 17 de julho de 1897. In: Cunha, Euclides da. Organização de Walnice Nogueira Galvão. Diário de uma expedição. São Paulo, Companhia das Letras, 2000; p.58,59, 57.

Corneta usada pelo exército na 4ª expedição da guerra de Canudos. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

1897 – junho. Quarta expedição é liderada pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães que era comandante do 2º Distrito Militar, em Recife. Em 18 de março Artur Oscar chega a Salvador (BA), em 16 de maio está em Monte Santo e no final de maio monta seu posto de comando no Morro da Favela, em Canudos. Inicialmente, essa expedição conta com 5.000 homens, mas até junho perde quase 1000 vidas em combates e Artur Oscar solicita reforços ao governo federal. Em agosto, os reforços chegam a Salvador e o total de soldados vai alcançar de 8.000 a 10.000 homens vindos de vários batalhões do exército de todo o país e de quatro batalhões da polícia estadual da Bahia, Pará, Amazonas e São Paulo.

Retrato do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, comandante-em-chefe da 4ª expedição. Sem autor, sem data. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

O general Artur Oscar avaliou, então com segurança, o estado das cousas. Pediu um corpo auxiliar de cinco mil homens e curou de dispositivos para garantir a força que triunfara de maneira singular, a pique de uma derrota. Estava, depois de mais um triunfo, na conjuntura torturante de não poder arriscar nem um passo à frente, nem um passo atrás. Oficialmente, as ordens do dia decretavam o começo do sítio. Mas, de fato, como sempre sucedera desde 27 de junho, a expedição é que estava sitiada. Tolhia-a o arraial a oeste. Ao sul os altos da Favela fechavam-se-lhes atravancados de feridos e doentes. Para o norte e o nascente, se desenrolava o deserto impenetrável.

Cunha, Euclides da. Os sertões. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2009; p.393.

General Artur Oscar de Andrade Guimarães – comandante em chefe da 4ª expedição (2º à esquerda com lenço) e estado-maior em Canudos. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da

1897 – junho. O fotógrafo Juan Gutierrez de Padilla – que registrou fotograficamente a Revolta da Armada comissionado pelo exército, em 1893 – é um republicano convicto que vai para Canudos com a missão de documentar a guerra para o jornal *O País*. Chega a Salvador (BA) em 2 de abril e engaja-se como capitão honorário e ajudante-de-ordens do general João da Silva Barbosa, comandante da 1ª coluna da 4ª expedição. Em 28 de junho Juan Gutierrez é morto num combate entre as tropas governamentais e os conselheiristas, no morro da Favela.

As fotografias que podem ter sido feitas pelo fotógrafo Juan Gutierrez sobre Canudos nunca foram encontradas.

> Ao todo 926 vítimas... fora sem número de estropiados exauridos das marchas, sem número de famintos ... sob a emoção dos morticínios recentes e vendo por ali estirados, insepultos, companheiros pela manhã ainda entusiastas e vigorosos: ...Gutierrez, oficial honorário, um artista que fora até lá atraído pela estética sombria das batalhas; ...

Cunha, Euclides da. Os sertões. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2009; p.360.

1897 – Os principais jornais do Rio de Janeiro e São Paulo enviam correspondentes, quase todos ex-militares, para cobertura da guerra de Canudos: Fávila Nunes trabalha para a *Gazeta de Notícias* (RJ); Manuel Benício atua para o *Jornal do Commercio* (RJ); Alfredo Silva escreve para *A notícia* (RJ); Siqueira de Menezes é repórter de *O País* (RJ).
Há uma relação antiga entre a fotografia de guerra e o fotojornalismo: os editores de jornais tem interesse em enviar correspondentes de guerra, pois o tema da guerra é mobilizador entre o público leitor aumentando a venda e trazendo prestígio para os periódicos.
O noticiário sobre a guerra de Canudos aumenta muito as tiragens dos jornais e em momentos especiais, como a notícia da morte do coronel Moreira César, na 3ª expedição os exemplares são disputados pelos leitores.
O País publica crônicas sobre a guerra – *Cartas de Canudos* escritas pelo tenente-coronel Siqueira de Menezes, chefe da Comissão de Engenharia da 4ª expedição que são assinadas com o pseudônimo *Hoche* (nome do militar francês que venceu os camponeses na rebelião da Vendéia durante a Revolução Francesa).
O jornal *O Estado de São Paulo* publica editoriais com o título “Pela República” para reforçar os riscos que as instituições republicanas estavam vivendo com a rebelião monarquista de Canudos que deve ser esmagada. O exército controla o fluxo de informações sobre a guerra através da censura sobre os telegramas e as reportagens enviadas pelos jornalistas que tinham que ser aprovados antes de serem enviados pelos telégrafos e correio de Queimadas e Monte Santo aos periódicos.

1897 – final de julho. Euclides recebe um convite de Júlio Mesquita para atuar como repórter do jornal *O Estado de São Paulo* na cobertura da 4ª expedição contra o arraial de Canudos e também para escrever mais tarde um livro sobre o conflito. Em 31 de julho, o presidente da República Prudente de Moraes nomeia Euclides como adido ao Estado-Maior do ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, com direito a um ordenança, João Pais.

1897 – No Rio de Janeiro, em 3 de agosto Euclides embarca no vapor *Espírito Santo* em direção a Salvador (BA) onde chega no dia 7. No mesmo navio, viaja o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt que tem como missão planejar a estratégia militar de ataque contra Canudos e resolver os graves problemas de abastecimento de víveres e de armamento; além do atendimento médico das tropas que sofrem com tifo, varíola, cólera e impaludismo.

O ministro vai acompanhar os batalhões militares até a base de operações do exército em Monte Santo.
A bordo do navio, Euclides vê o morteiro Canet e imagina seu poder de fogo e a dificuldade de transporte pelas colinas da região de Canudos.

> ...um sinistro companheiro de viagem – o morteiro Canet um belo espécime da artilharia moderna. ...Embora sem pólvora apropriada e levando apenas 69 projéteis (granadas de duplo efeito e shrapnels[1]). O efeito dos seus tiros será eficacíssimo. Lança em alcance máximo útil 32 quilos de ferro, a seis quilômetros de distância. Acredito entretanto dificílimo o seu transporte pelas veredas quase impraticáveis dos sertões. São duas toneladas de aço que só atingirão as cercanias da Meca dos jagunços através de esforços inconcebíveis. ...
> A República é imortal.
> (1) shrapnels - projéteis de artilharia pesada, morteiros, canhões.

Bordo do Espírito Santo. 7 de agosto de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000; p.67.

Em Salvador (BA), Euclides fica hospedado na casa do tio e cumpre a rotina diária de visitar e conversar com o marechal Carlos Bittencourt instalado na sede de governo, em companhia do governador Luiz Vianna. Na estação ferroviária de Calçada, vê o embarque de tropas e entrevista soldados combatentes que retornam da frente de batalha. Faz pesquisa em livros, arquivos e jornais sobre o conflito e a região de Canudos.
Em 19 de agosto, Euclides assiste e participa do longo interrogatório de Agostinho, um menino conselheirista de 14 anos que foi aprisionado. Euclides percebe a importância da religião e do misticismo na guerra quando Agostinho confessa que a comunidade de Canudos quer a salvação da alma, o que os incentiva a lutar é a vida no mundo espiritual e não no mundo terrestre. Espanta-se quando o menino conta que o vigário de Cumbe reza missa nas igrejas de Belo Monte, o que demonstra o bom relacionamento de Conselheiro com os vigários de algumas localidades próximas.

> Chama-se Agostinho – catorze anos, cor exatíssima de bronze: fragílimo e ágil: olhos pardos sem brilho; cabeça chata e fronte deprimida; lábios finos, incolores, entreabertos num leve sorriso perene, deixando perceber os dentes pequeninos e alvos.
> (...) Terminamos o longo interrogatório inquirindo acerca dos milagres do Conselheiro. Não os conhece, não os viu nunca, nunca ouviu dizer que ele fazia milagres.

> E ao replicar um dos circunstantes que aquele declarava que o *jagunço* morto em combate ressuscitaria – negou ainda.
> - Mas o que promete afinal ele aos que morrem?
> A resposta foi absolutamente inesperada:
> - Salvar a alma.
> Por outro lado uma tolerância inexplicável. Afirma o pequeno *jagunço* que o velho vigário de Cumbe, ali aparecia, de quinze em quinze dias – dizendo missa nas igrejas diante do próprio Conselheiro que lhe permitia casar e batizar, obstando apenas os sermões.

Bahia, 19 de agosto de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. . Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.105, 110,111.

Em 30 de agosto o ministro da Guerra marechal Carlos Machado de Bittencourt, o general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, Euclides e o fotógrafo Flávio de Barros saem de Salvador em trem especial e chegam a Monte Santo em 6 de setembro. Eles passam pelas localidades de Alagoinhas e Queimadas, depois a cavalo alcançam Tanquinho, Cansanção e Quirinquinguá até Monte Santo - base das operações - última localidade que fica a 120 quilômetros de Canudos.

Como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, Euclides escreve e envia 31 reportagens e 62 telegramas sobre a guerra de Canudos, com defesa dos valores associados à república, dos soldados e do exército e com críticas aos conselheiristas que num primeiro momento são vistos como bárbaros, primitivos, ignorantes e atrasados. A guerra é uma luta da República contra sertanejos monarquistas fanáticos. As reportagens terminam com o bordão *A república é imortal*.

Em Monte Santo, na companhia do jornalista Alfredo Silva (*A Notícia*), Euclides caminha, observa e faz croquis da flora e dos minerais e vai até o alto da serra de Piquaraçá onde faz vários registros com uma pequena máquina fotográfica Kodak, usando filme flexível com emulsão de gelatina e prata.

Mas provavelmente essas fotos foram perdidas porque na 1ª edição de *Os Sertões* (1902), Euclides escolhe apenas três fotos feitas por Flávio de Barros, o fotógrafo comissionado pelo exército que documenta a 4ª expedição a convite do general Carlos Eugênio Andrade Guimarães.

Diante de uma natureza inóspita e um quadro social de miséria e péssimas condições de vida e em contato com os “jagunços”, Euclides vai sofrendo um processo de esclarecimento intelectual.

Alto comando da 4ª expedição. Da direita para a esquerda: em trajes civis escuros, generais João da Silva Barbosa, Artur Oscar de Andrade Guimarães, Carlos Eugênio de Andrade Guimarães e oficiais em Canudos. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

Comissão de Engenharia chefiada pelo tenente-coronel José Siqueira de Menezes. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

Ele vai tomando consciência que os sertanejos são brasileiros como os soldados, são mestiços do sertão em contraposição aos mestiços do litoral, assim atenua suas observações sobre os conselheiristas e sugere que a educação pudesse ser um instrumento de mudança social, no futuro.

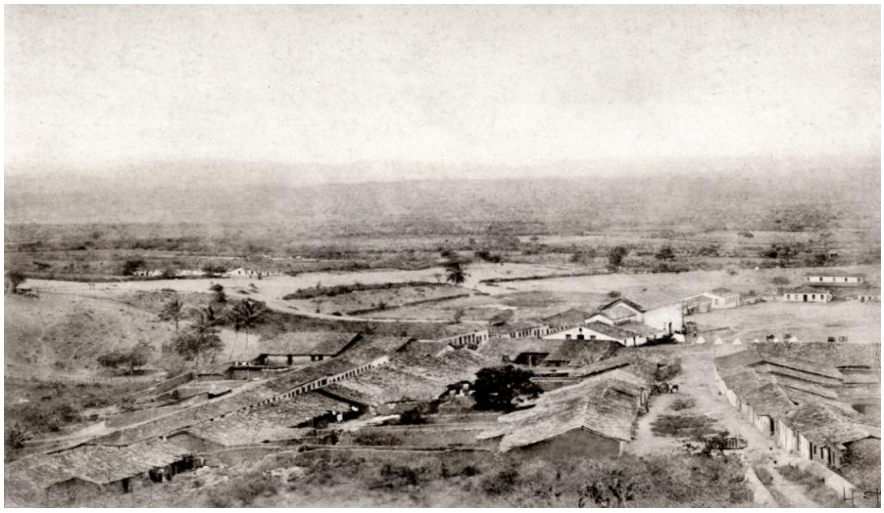
> Que pelas estradas, ora abertas à passagem dos batalhões gloriosos, que por essas estradas amanhã silenciosas e desertas, siga, depois da luta, modestamente, um herói anônimo sem triunfos ruidosos, mas que será no caso vertente, o verdadeiro vencedor:
> O mestre-escola.

Bahia, 15 de agosto de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. P.92.

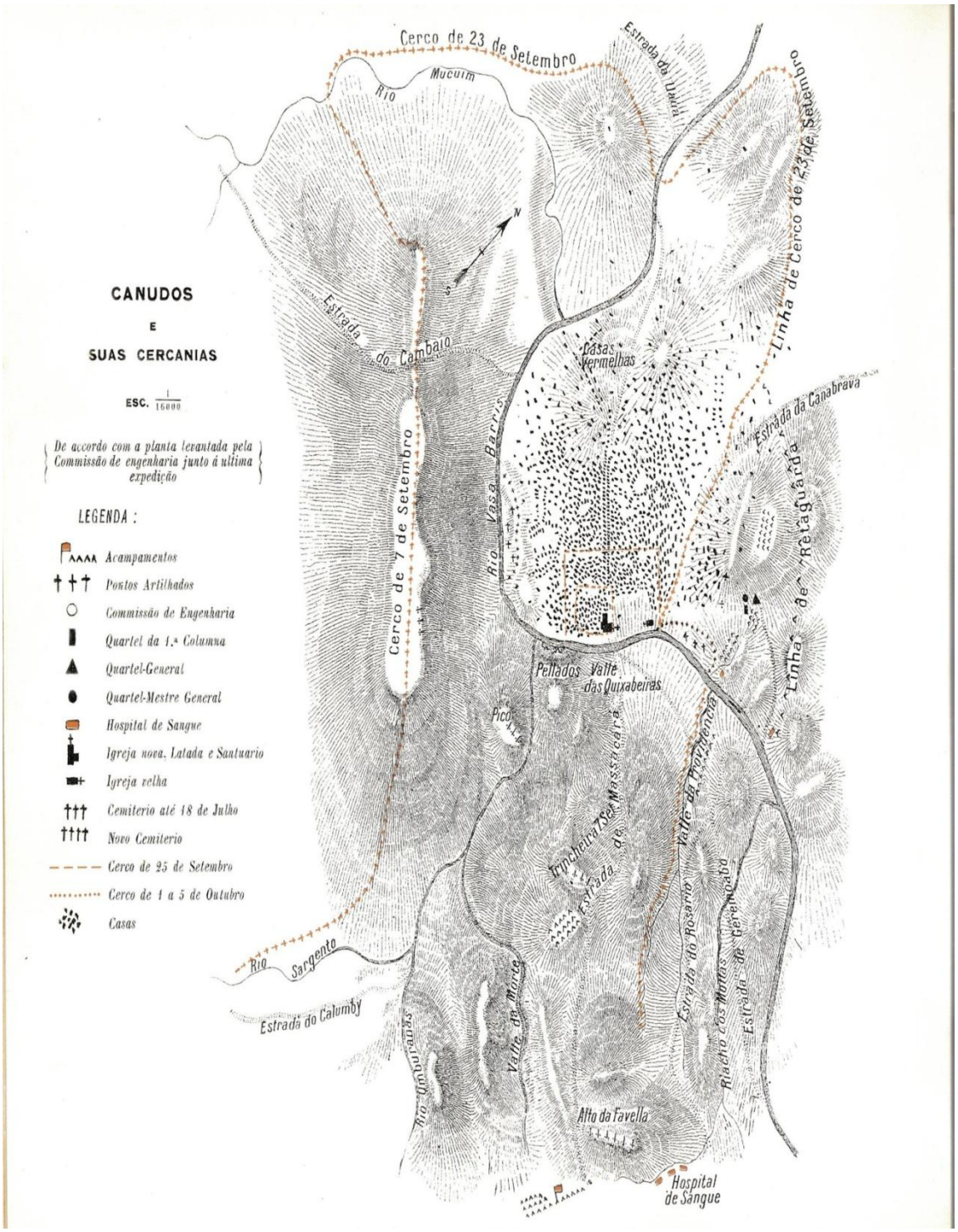
Ele também descreve os sertanejos como heróis dos romances de cavalaria, o vaqueiro coberto de couro é semelhante a um guerreiro medieval, com armadura. Esses vaqueiros seriam a essência da nacionalidade.

> Imóvel sobre a sela, todo vestido de couro, calçando botas que sobem até a cintura, chapéu de abas largas meio inclinado sobre a fronte – a véstia rústica de um vermelho escuro imprime-lhe o aspecto de um cavalheiro antigo coberto ainda da poeira da batalha.
> Considerando-o penso que a nossa vitória, amanhã, não deve ter exclusivamente um caráter destruidor.
> Depois da nossa vitória, inevitável e próxima, resta-nos o dever de incorporar à civilização estes rudes patrícios que – digamos com segurança – constituem o cerne da nossa nacionalidade.

Queimadas, 1 de setembro de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. P.140.



Vista de Monte Santo. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República./Ibram/MinC.



Mapa da região de Canudos segundo planta elaborada pela chefia da Comissão de Engenharia do Exército durante a 4ª expedição. In: Almeida, Cícero Antônio F. de. Canudos: imagens da guerra. Rio de Janeiro: Lacerda Editores; Museu da República, 1997, p.10.

Walnice Galvão (2002:76) descreve o armamento do exército na 4ª expedição: espingarda *Comblain*, fuzil austríaco *Mannlicher.* São utilizados 21 canhões: os canhões *Canet* (morteiros ou obuses); as baterias de metralhadoras *Nordenfeldt* 37 mm; os canhões *Krupp* 7,5. É utilizado um novo armamento o canhão *Whitworth 32* - a *Matadeira* - transportado por uma junta de bois e mulas até o alto dos morros que circundam Canudos.

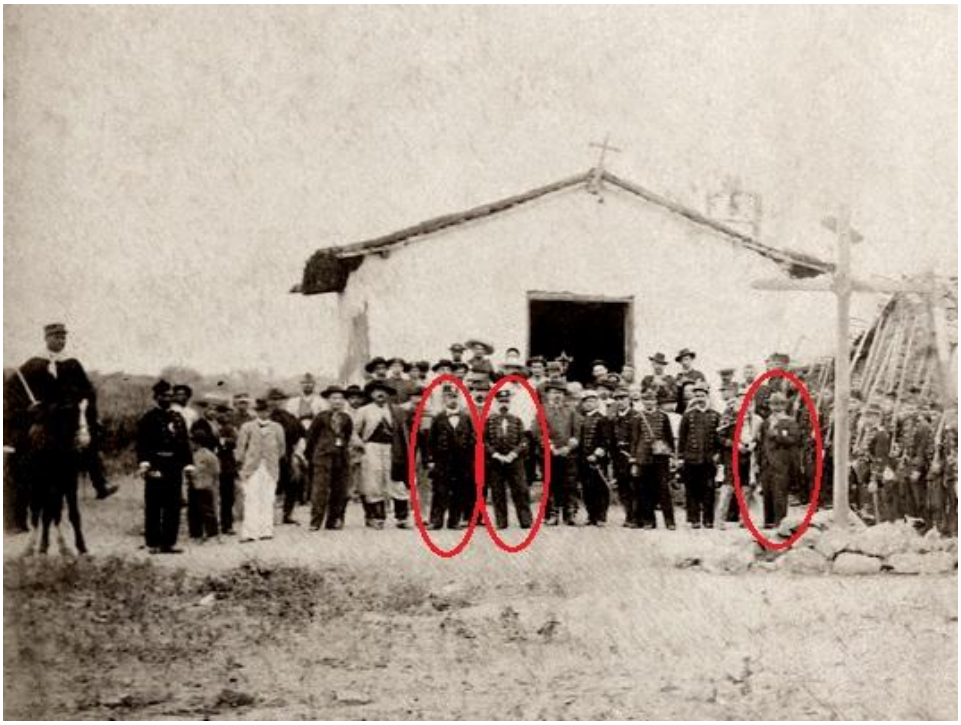
> Como um animal fantástico e monstruoso, o canhão Krupp (sic), a *matadeira*, assoma sobre o reparo resistente, voltada para *Belo Monte* a boca truculenta e flamívoma – ali – sobre a cidade sagrada, sobre as igrejas, prestes a rugir golfando as granadas formidáveis – silenciosa agora, isolada e imóvel – brilhante o dorso luzidio e escuro, onde os raios do sol caem, refletem, dispersam-se em cintilações ofuscantes.

Bahia, 18 de agosto de 1897 – um episódio da luta. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.103.

Igreja de Santo Antônio (igreja velha) após bombardeio do exército. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

1897 – 24 de agosto. O exército bombardeia a igreja de Santo Antônio ou igreja velha com o canhão *Whitworth*, chamado a *Matadeira*, do alto do morro da Favela, que fica ao sul de Canudos. Na obra *Os sertões* Euclides da Cunha (2009:427) relata o acontecimento "esfarelando-lhe o teto, derrubando os restos do campanário e fazendo saltar pelos ares... o velho sino que chamava ao descer das tardes os combatentes para as rezas".

1897 – 5 de setembro. Em Cansanção, os religiosos franciscanos alemães Pedro Sinzig e Gabriel Grömer celebram uma missa diante dos soldados com a presença do ministro da guerra Carlos Bittencourt, do general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães e de Euclides da Cunha. Os religiosos cuidam dos feridos em Cansanção e se deslocam para trabalhar no hospital de sangue de Queimadas; ambos vieram do Convento franciscano, em Salvador e são voluntários do Comitê Patriótico da Bahia.



Missa em Cansanção. O 1º à esquerda do cruzeiro é Euclides da Cunha; o oitavo é o ministro da guerra Carlos Bittencourt; o nono é o general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães. Detalhe de fotografia de Flávio de Barros. 5 de setembro de 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

1897 – Em Salvador, uma organização chamada Comitê Patriótico da Bahia (1897/1901) é criada para amparar os soldados feridos e mutilados que voltam da guerra de Canudos. Vanessa Monteiro (2005:12) afirma que para arrecadar fundos, o Comitê mobiliza a sociedade baiana e o governo local na organização de quermesses e recitais com o fim de auxiliar as viúvas e o ingresso dos filhos dos soldados em colégios e orfanatos. O Comitê convoca médicos e estudantes de Medicina de Salvador para atuar nas enfermarias militares, nos vilarejos de Cansanção e Queimadas que ficavam no caminho para alcançar Canudos.

Com o agravamento da guerra, o jornalista Lélis Piedade, do *Jornal de Notícias*, da Bahia, secretário do Comitê decide amparar também o grande número de crianças órfãs ou separadas de pais conselheiristas que estão aprisionados ou lutam em Canudos.

Uma comissão recolhe os órfãos e faz o encaminhamento das crianças a familiares e orfanatos. Muitos órfãos são vistos como troféus de guerra e não voltam às famílias localizadas porque são levados por soldados e repassados a terceiros ou dados às famílias que os transformam em empregados domésticos recusando-se a devolvê-los. Outros foram levados para adoção por famílias em outras cidades e estados.

1897 – 6 de setembro. A Igreja de Bom Jesus ou igreja nova foi projetada e construída por Antônio Conselheiro e seguidores com paredes espessas e torres elevadas que abrigam atiradores, no final do conflito. É um baluarte de resistência dos conselheiristas em Canudos, que sofre um violento bombardeio pelo canhão *Whitworth*, chamado a *Matadeira,* do alto do morro da Favela, que fica ao sul de Canudos, durante seis horas quando suas duas torres são derrubadas.

> Fomos hoje, à tarde, surpreendidos com uma agradável notícia. O general Artur Oscar comunicou ao ministro que, depois de longo bombardeio, caíram afinal as duas grandes torres da igreja nova de Canudos, pontos que dominavam todo o nosso acampamento e de onde faziam os jagunços um fogo diário e mortífero. Isto sucedeu no dia 6.
> (...) Foi, depois de tenaz resistência, em que perderam os fanáticos muitas vidas, tomada a trincheira mais avançada da estrada do Cambaio.
>
> Monte Santo, 11 de setembro de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.173.

Igreja do Bom Jesus (igreja nova). Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

O dia 7 de setembro foi festejado em Canudos com grande bombardeio contra o inimigo. As torres da igreja nova – que nos disseram ser um edifício notável pela solidez pela beleza da arquitetura moderna – foram por terra.
Da igreja velha já não se fala; ela está inteiramente destruída.
Falta o *santuário*, onde se acha o *Conselheiro* entrincheirado, supondo-se talvez imune.
Decididamente para os fiéis que restam será completa.
Os combates feridos têm sido notáveis, embora abrindo larguíssimos claros no nosso Exército, sacrificado às vezes por imprevidências.

Lélis Piedade, Jornal de Notícias, Bahia. 12/09/1897. In: Galvão, Walnice Nogueira. No calor da hora. São Paulo, Editora Ática. 1994, 3ª ed., p.373.

1897 – 13 de setembro. – Nesse dia Euclides sai de Monte Santo e viaja para Canudos aonde chega no dia 16, às quatorze horas.
Euclides trabalha como um etnógrafo com uma caderneta de campo onde faz anotações, desenhos e mapas sobre o clima, a geologia, a flora, a geografia, o cotidiano dos soldados e oficiais, em caminhadas de exploração.
Estabelece boa camaradagem com os oficiais que fazem companhia nas refeições nas barracas e observa o arraial de Canudos de binóculo de cima dos morros que o circundam.
Inicialmente, ele fez observações pela região de Monte Santo e depois caminha por algumas ruas e moradias do arraial de Canudos nas áreas que vão sendo controladas pelo exército.
Pensa que os sertões são uma categoria geográfica marcada por antíteses: a vegetação da caatinga tem frutos que podem alimentar o viajante e também arbustos que podem causar ferimentos profundos ou envenenar. E também outras antíteses: dias quentíssimos versus noites frias; secas terríveis versus chuvas torrenciais; vales férteis versus desertos áridos.
Constrói uma correspondência poética entre a natureza – o clima do semiárido, a vegetação da caatinga e as secas – e a violência da guerra; a natureza dos sertões permite vislumbrar a ferocidade dos combates.

Cita o arbusto *favela* – “arbusto grande da família das euforbiáceas de flores alvas, dispostas em cimeiras e cujo fruto é cápsula verrucosa, escura, com sementes pardacentas e oleaginosas” – que queima a pele de forma dolorosa e que recobre o morro de onde as tropas lutaram usando canhões que bombardeiam o arraial de Belo Monte.
A palavra *favela* será usada pelos soldados que voltam da guerra de Canudos e vão para o centro do Rio de Janeiro, na região perto do ministério da Guerra e da Estrada de Ferro Central do Brasil, no atual morro da Providência, que era habitado por trabalhadores do porto e das pedreiras. Esses soldados e famílias constroem precárias casas de madeira e zinco pelas encostas e chamam o local de Morro da Favela em lembrança ao homônimo localizado em Canudos.
Na segunda década do século XX, o nome *favela* se estende a todos os morros que possuem a forma geográfica e social que se caracteriza por construções precárias em encostas, traçado irregular e sem infraestrutura urbana.

É uma flora agressiva. O viajante desgarrado numa *travessia*, atravessa em certas quadras, durante muitos dias, os vastos tabuleiros, livre de dificuldades.
Extinguem-lhe a sede as folhas ácidas e as raízes úmidas do *umbu*, os caules repletos de seiva dos *mandacarus*; alimentam-no fartamente os cocos de *licuri*, as pinhas silvestres do *araticum*, os frutos da *quixaba*, do *mari* ou das *mangabeiras* de folhas delicadas e galhos pendidos como os dos salgueiros.
As folhas grandes e resistentes do *icó*, cobrem-lhe a cabana provisória e sustentam-lhe obter rapidamente cordas flexíveis e fortes. E se, à noite, ao atravessar uma paragem desconhecida houver necessidade de aclarar o caminho basta-lhe quebrar e acender prontamente um galho verde de candombá e agitar logo depois um facho rutilante...
Voltamos. Encontrei na volta um novo espécime desta flora agressiva[,] espécime que não citei na carta que ontem escrevi daqui – a *favela*, cuja folha sobre a pele, ao mínimo contato, é um cáustico infernal, dolorosíssimo e de efeitos prolongados.

Queimadas, 1º de setembro de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 137, 138,145.

Euclides critica os problemas de estratégia e de abastecimento de víveres, na condução da guerra pelo exército. Mas adido ao estado-maior do ministro da guerra Carlos Bittencourt ele silencia sobre os problemas sanitários, a execução de prisioneiros e os abusos contra mulheres e crianças.

Calculo com aproximação razoável em 10 mil homens no mínimo, a tropa que irá combater a rebeldia no sertão. (...) a soma incalculável de esforços para alimentá-la através de regiões quase impraticáveis pelos desnivelamentos bruscos da estrada que se aprumam nas serras e se estreitam em desfiladeiros extensos.
Um cálculo rápido mostra-nos que aquele minotauro de 10 mil gargantas passará mal, jejuando quase, com 150 sacas de farinhas e duas toneladas de carne, por dia!
Este fato exprime uma das condições mais sérias e difíceis da campanha: é o combate tenaz, inglório e assustador a um inimigo que morre e revive todos os dias, envolvendo nos mesmos transes amigos e adversários – a fome.
(...) vivendo as forças à mercê do acaso, de raízes de umbu, ou talos túmidos de seiva de mandacarus, ou caçando os bodes ariscos das chapadas, em montarias ousadas nas caatingas.
(...) Porque, devemos dizê-lo francamente, o que há além de Monte Santo e mesmo além de Queimadas, é o deserto na significação rigorosa do termo – árido, aspérrimo, despovoado.

Bahia, 20 de agosto de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.113, 114.

1897 – agosto e setembro. O fotógrafo Flávio de Barros dono do estúdio Photographia Americana, em Salvador (BA), é um pintor especializado em retratos e torna-se fotógrafo na década de 1890. Em contato com oficiais do exército é comissionado por iniciativa do general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães para realizar a documentação fotográfica da 4ª expedição, que está sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, irmão de Carlos Eugênio.

Em Salvador temos dois fotógrafos renomados: o suíço Guilherme Gaensly que realizou série de fotografias de tipos baianos e o alemão Rudolf Lindemann que realizou fotografias de paisagens da Bahia e de Pernambuco, com participação na Exposição Universal de Paris (1889).

Mas provavelmente, a morte em combate do fotógrafo Juan Gutierrez de Padilla em junho de 1897 e os perigos de fazer registros no teatro de operações da guerra afastam esses fotógrafos. Assim, o exército contrata um profissional pouco conhecido - Flávio de Barros - que aceita o trabalho de fotógrafo expedicionário de guerra, inscreve seu nome na história e voltará a ser anônimo novamente nos anos seguintes.

General Carlos Eugênio de Andrade Guimarães – comandante da 2ª Coluna, segundo da esquerda para a direita e seu estado-maior. *Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibra*m/MinC.

Joaquim Marçal (2002:261) considera Flávio um fotodocumentalista, pois é contratado para realizar um trabalho de documentação fotográfica que faz parte da construção de um conjunto de ideias e valores sobre a guerra segundo a perspectiva do exército, no sentido de justificar o aniquilamento do arraial de Belo Monte mostrando o exército como um defensor da República.

Na época da 4ª expedição contra Canudos os periódicos brasileiros ilustrados utilizam litografias, eles imprimem separadamente imagens (litográficas) e textos (tipográficos), como *Revista Ilustrada* (1876) e *Dom Quixote* (1895) ambos lançados por Angelo Agostini.
Mas nos Estados Unidos e Europa, a tecnologia mais avançada permite que os jornais conjuguem textos e imagens, enquanto no Brasil este sistema conjugado de impressão de fotografias e textos só surgirá em 1900, com o lançamento da *Revista da Semana* que inaugura o fotojornalismo.
Em Canudos, Almeida nos informa que (2002:278) Flávio não dispõe de um laboratório móvel assim ele provavelmente usa a técnica do negativo de vidro de gelatino-brometo de prata ou "placa seca" que facilita o transporte e a revelação posterior no estúdio em Salvador.
Suas cópias são em papel albuminado – o papel para cópia recebe uma camada de albúmen depois são adicionados cloreto de sódio e nitrato de prata.
Os registros de Flávio privilegiam os oficiais, soldados e em particular o general Carlos Eugênio, comandante da 2ª Coluna e também as unidades militares sob sua chefia: o 1º e 2º Batalhão.
As sessenta e nove imagens de Flávio sobre Canudos mostram o conjunto de valores que o exército quer disseminar sobre o conflito: são em sua maioria registros posados, estáticos que valorizam a coragem viril de grupos de oficiais; a camaradagem de grupos de tropas em trincheiras e acampamentos e em refeições em barracas; a seriedade e eficiência dos oficiais do corpo médico e também há teatralizações de refregas entre conselheiristas e soldados e encenações de ofensivas de canhões contra Canudos.

Os jornais do Rio e São Paulo enviam correspondentes para Canudos que escrevem reportagens e telegramas sobre o dia a dia da guerra. Dois jornalistas críticos se destacam Manoel Benício (*Jornal do Comércio*) e Fávila Nunes (*Gazeta de Notícias*) que escrevem sobre a fome e a sede que as tropas sofrem nos acampamentos e travessias; o tratamento desumano às mulheres e crianças conselheiristas; as doenças e péssimas condições sanitárias; a degola de prisioneiros e os erros de estratégia dos comandantes.
A partir de julho de 1897, o exército decide submeter à censura os telegramas e reportagens que tinham que receber um visto do general Artur Oscar antes de seguir pelo telégrafo e correio de Monte Santo e Queimadas.

Como a fotografia é vista como um reflexo da realidade no sentido de cópia fiel ou prova infalsificável, Flávio fará registros que provam que o exército tem uma organização eficiente que oferece um bom abastecimento de víveres, boa assistência médica a soldados e prisioneiros e boas condições aos prisioneiros capturados vivos, para acabar com as notícias sobre a degola de homens e mulheres conselheiristas.
Flávio evita tanto fotografar soldados mortos, mutilados e doentes quanto mostrar as precárias condições de alimentação e armamento das tropas, dadas as condições dificílimas de abastecimento de víveres e transporte de armamento pelas serras que é feito por comboio de jumentos e juntas de bois.
As pouquíssimas fotos de Flávio sobre os conselheiristas os mostram sempre em situação desvantajosa: presos ou feridos; e em geral nas cenas de destruição do arraial não aparecem mortos, feridos nem mutilados de guerra, com exceção da foto que mostra cadáveres mal definidos nas ruínas de uma casa de Canudos e a foto do corpo de Conselheiro depois da exumação pelo exército.

Na companhia do ministro Carlos Bittencourt, do general Carlos Eugênio e de Euclides da Cunha, Flavio de Barros sai de Salvador no dia 30 de agosto chega a Monte Santo no dia 6 de setembro, onde fica até o dia 13 de setembro.
Em 16 de setembro chega a Canudos e no dia 26 de setembro, Flávio entra no campo de combates, quando o arraial encontra-se cercado pelas tropas, sem água e comida e com as estradas de acesso tomadas pelos soldados.
Depois de incendiado o arraial e aniquilado os últimos resistentes Flávio é requisitado pelo comando do exército para registrar o cadáver exumado de Conselheiro que morreu em 22 de setembro e foi enterrado no local chamado santuário, residência e lugar de guarda das imagens perto da Igreja do Bom Jesus. A fotografia será anexada à ata final da guerra lavrada oficialmente pelo ministro da Guerra Carlos Bittencourt.
Depois da sessão fotográfica, o exército degola o corpo que volta a ser enterrado no mesmo lugar e, na volta das tropas a Salvador, a cabeça de Conselheiro é exibida como troféu de guerra.

Para Cícero Almeida (2002:271) a fotografia do corpo de Conselheiro finaliza o trabalho de documentação fotográfica da guerra e decifra um enigma para todos que queriam conhecer as feições do líder religioso.

Após o final da guerra, Flávio de Barros revela as fotos em Salvador e deseja realizar exposições públicas com essa documentação fotográfica, pois a guerra de Canudos mobiliza intensamente o público.
Embarca para o Rio de Janeiro e em 29 de outubro mostra suas fotografias da guerra na redação do jornal *O País* e em 2 de fevereiro a *Gazeta de Notícias* anuncia uma projeção elétrica - um sistema de transparência que projeta as imagens em grandes dimensões.
Mas essas fotografias de Flávio de Barros segundo a análise de Joaquim Ferreira de Andrade (2002:267) não foram divulgadas a altura de sua riqueza informativa principalmente pelo "atraso da indústria gráfica dos jornais no Brasil que não eram capazes de reproduzir imagens pelo processo xilográfico e menos ainda de reproduzir fotomecanicamente os originais fotográficos", além da censura do exército e das condições precárias de sua realização.
Assim, as fotos de Flávio sobre Canudos seriam impressas pela primeira vez somente na 1ª edição da obra *Os Sertões,* de Euclides da Cunha em 1902.

Essas fotografias alcançam seu principal objetivo: construir uma narrativa da guerra de Canudos destinada a legitimar todos os atos da intervenção armada do exército sendo importante perceber essa intencionalidade e destinação dentro do contexto da guerra.
Mas fotografias são documentos ambíguos, portadores de significados não explícitos e de omissões e excessos que podem denunciar exatamente aquilo que se pretende ocultar.
Entre outras formas de representação, essas fotografias contribuem para romper o silêncio da tragédia que ocorreu em Canudos.
As fotografias de Flávio de Barros são documentos estratégicos dado que o incêndio de Canudos pelo exército e depois a inundação da região de Canudos pelo açude de Cocorobó dificultaram a preservação material do local da comunidade, embora centros de pesquisa das universidades regionais estejam estudando o suporte arqueológico e documental de Canudos e de toda região do conflito.
Essas fotografias estão abrigadas em dois álbuns no Museu da República (69 fotografias); em um álbum no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (68 fotografias) e em um portfólio na Casa de Euclides da Cunha (23 fotografias).

Autorretrato do fotógrafo Flávio de Barros à frente de uma barraca de campanha. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

Hospital de sangue de Canudos no acampamento do morro da Favela. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

Conselheirista ferida em maca diante do corpo sanitário do exército. 1897. Fotografia de Flávio de Barros. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

Conselheirista preso rodeado por soldados do 28º Batalhão de Infantaria. 1897. Fotografia de Flávio de Barros. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

Refeição da Bateria do Perigo - responsável pelo ataque direto a defesa conselheirista - numa casa típica de Canudos e à direita provavelmente três crianças órfãs do arraial. 1897. Fotografia de Flávio de Barros. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

1897 – 22 de setembro. Nesse dia Euclides (2009:141) anota na caderneta de campo “noto com tristeza que o jaguncinho que me foi dado pelo general continua doente e talvez não resista à viagem para Monte Santo”.

Com a intensificação dos combates o nº de órfãos de guerra das famílias mortas ou aprisionadas cresce e o Comitê Patriótico da Bahia recolhe e encaminha crianças para suas famílias ou orfanatos. Muitas crianças foram repassadas a jornalistas e soldados e o próprio Euclides recebe uma criança de sete anos do general Artur Oscar.

Vanessa Monteiro (2007:18) relata que na volta a São Paulo, Euclides entrega o menino à adoção pela família de Gabriel Prestes, diretor da Escola Caetano de Campos. Ele adotará o sobrenome de seu tutor - Ludgero Prestes - e a historiadora (2009:133) conta que em 1908 quando se forma como professor primário, ele entra em contato com Euclides que lhe responde em carta... “a minha comoção ao ver aparecer-me quase homem – e homem na mais digna significação da palavra – o pobre jaguncinho que me apareceu pela primeira vez há onze anos no final da batalha”.

...“o que fiz foi, na verdade, muito bom o trabalho material de livrar-te das mãos dos bárbaros e conduzir-te a São Paulo”. Mais tarde, Ludgero constituirá uma família com quatro filhos e se tornará diretor do grupo escolar de Bebedouro (SP) em 1913.

1897 – 29 de setembro. As tropas tomaram grandes partes do arraial o que permite que pela primeira vez que Euclides entre e passeie nas ruas de Belo Monte, depois de uma longa expectativa que começou com as leituras em São Paulo sobre a região de Canudos e a longa estadia em Salvador, antes da viagem para Monte Santo, base das operações do exército. Sente-se comovido com a experiência, mas decepciona-se com o arraial que chama de "*urbs* monstruosa". Faz anotações e recolhe manuscritos e papéis com quadrinhas religiosas nas casas abandonadas de conselheiristas.

> Nada que recorde o mais breve, o mais simples plano na sucessão de humílimos e desajeitados casebres. Ausência quase completa de ruas, em grande parte substituídas por um dédalo desesperador de becos estreitíssimos, mal permitindo, muitos, a passagem de um homem. (...) As mais das vezes, porém nem isto se dá: as casas acumulam-se em absoluta desordem, completamente isoladas, algumas entre quatro vielas estreitas, unidas outras, com as testadas voltadas para todos os pontos, cumeeiras orientadas em todos os sentidos, num baralhamento indescritível, como se tudo aquilo fosse construído rapidamente, vertiginosamente, febrilmente – numa noite – por uma multidão de loucos!

Canudos, 29 de setembro de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000; p.200, 201.

Canudos a sudeste. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

- Canudos já patenteia o aspecto entristecedor de uma cidade em ruínas: surgem restos de cumeeiras carbonizadas, despontam traves e esteios fumegantes ainda, inclinam-se desaprumadas, amparadas, umas em outras paredes esburacadas e o acervo incoerente das coberturas de argila, desabadas, surge por toda a parte, desolador. Há dois dias que lavra em seu seio o incêndio – em fogo lento, lembrando a atividade latente dos fornos catalães, fogo sem chamas progredindo através dos obstáculos derivados da argila, que é o material predominante das casas, mas lavrado sempre – surdamente – desapiedadamente, lançando sobre o arraial maldito a fumarada intensa como uma mortalha enorme.

Canudos, 27 de setembro de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.194.

1897 – 1º de outubro. Depois de um longo cerco, com apenas alguns núcleos de conselheiristas que ainda resistem contra o bombardeio do exército; as tropas começam a invadir o último núcleo de resistência do arraial e fazer prisioneiros. O início do assalto final é assistido por Euclides que fica em estado de choque com a barbárie dos combates.

Este foi violento, desapiedado, formidável; assisti-o da sede da comissão de engenharia.

A artilharia fez estragos incalculáveis nas pequenas casas, repletas todas. Penetrando pelos tetos e pelas paredes as granadas explodiam nos quartos minúsculos despedaçando homens, mulheres e crianças sobre os quais descia, às vezes, o pesado teto de argila, pesadamente como a laje de um túmulo, completando o estrago.

(...) Nesse momento passou um fato extraordinário e inesperado em que pese aos numerosos exemplos de heroica selvatiqueza revelada pelo *jagunço*.

De todas as casas, há poucos minutos fulminadas, irrompendo todas as frinchas das paredes e dos tetos, saindo de todos os pontos, explodiu uma fuzilaria imensa, retumbante, mortífera e formidável, de armas numerosas rápida e simultaneamente disparadas – e sobre os batalhões assaltantes refluiu a réplica tremenda de uma saraivada, impenetrável, de balas!

Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estoica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política.

Canudos, 1º de outubro de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.206, 207, 208.

1897 – 2 de outubro. Antônio Beatinho, zelador de imagens e um dos auxiliares de Antônio Conselheiro propõe ao general Artur Oscar a rendição de um grupo de conselheiristas que estavam em Belo Monte e recebe a garantia que teriam suas vidas poupadas. Vai para o arraial e volta para o acampamento do exército na companhia de centenas de mulheres e crianças muito debilitadas e feridas e alguns velhos.
Mas a promessa não é cumprida e todos serão executados. Euclides nos relata a cena de chegada do cortejo de mulheres e confessa a incapacidade de exprimir com palavras o seu desaparecimento:

> A entrada dos prisioneiros foi comovedora. Vinha solene na frente, o Beatinho, teso o torso desfibrado, olhos presos no chão... O arraial *in extremis,* punha-lhes adiante, naquele armistício transitório, uma legião desarmada, mutilada, faminta e claudicante, num assalto mais duro que o das trincheiras em fogo.
> Contemplando-lhes os rostos baços, os arcabouços esmirrados e sujos, cujos molambos em tiras não encobriam lanhos, escaras e escalavros – a vitória tão longamente apetecida decaía de súbito. Repugnava aquele triunfo. Envergonhava. ...
> E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera, e entre eles aquele, Antônio Beatinho que se nos entregara, confiante – e a quem devemos preciosos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa história?
>
> In: Cunha, Euclides da. Os sertões. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2009; p.504, 509.

1897 – 3 de outubro. De manhã, Euclides acorda doente, com acessos de febre devido à péssima alimentação, às noites insones e aos longos tiroteios.
É ajudado pelo ordenança mas suas condições físicas o obrigam a retirar-se da frente de batalha depois de dezoito dias acompanhando os militares, em Canudos.
Desse modo, Euclides não está presente durante a tomada do arraial, o incêndio das casas, as execuções dos prisioneiros, a exumação do corpo de Antônio Conselheiro e a descoberta de seus dois manuscritos.
Na redação de *Os Sertões* sobre os últimos dias da guerra, Euclides recorrerá às anotações, material de jornal, diários de combatentes, entrevistas com oficiais e ordens do dia do exército e livros, mas paradoxalmente o livro que pretende denunciar o massacre e o aniquilamento do arraial mais sugere que descreve o horror dos dias finais da guerra.

Continua a resistência do inimigo, que, apertado na igreja nova, não resistia há muito.
Cálculo seguro indica mais de duzentos mortos nos tiroteios dos dois últimos dias. As nossas baixas são relativamente pequenas.
Continua o incêndio no arraial de Canudos.

A vitória é infalível.
A República é imortal!

Monte Santo, 3 de outubro de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p. 264, 265.

Prisioneiras do arraial de Canudos com soldados ao fundo. Foto publicada na 1ª edição de *Os sertões*, de Euclides da Cunha com a legenda *As prisioneiros*. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

1897 – 5 de outubro. O arraial de Belo Monte é tomado pela 4ª expedição que encontra numa trincheira perto da igreja nova apenas quatro resistentes que não se rendem: dois homens, um velho e um menino. As tropas incendeiam todo o arraial de 5.200 casebres e as duas igrejas com bombas de dinamite e tochas de querosene seguindo as ordens dos oficiais de aniquilar completamente o povoado e os conselheiristas.

Ontem, após forte bombardeio, a 3ª brigada e a 6ª tornaram novas posições ao inimigo, sendo conquistada a igreja nova, na qual entre aclamações de todo o exército, foi hasteada a bandeira da República.
Está muitíssimo reduzida a área em poder do inimigo.
Este cederá brevemente, pois já perdeu todos os recursos.

(...) Lavra no arraial intenso incêndio ateado pela explosão de bombas de dinamite, sendo inteiramente queimada a latada anexa à igreja nova, o último baluarte dos fanáticos.
Não existiam minas nesta última e sim grandes trincheiras tomadas à baioneta.

Monte Santo, 7 de outubro de 1897. In: Cunha, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 265.

1897 – 6 de outubro. Depois de ter sido atingido na perna por um estilhaço de granada ou tiro, no dia 6 de setembro, Antônio Conselheiro morre em 22 de setembro. É enterrado no local chamado santuário, local de residência e de guarda das imagens sacras, próximo à Igreja do Bom Jesus – a igreja nova.
O exército consegue com prisioneiros a informação do local da sepultura de Antônio Conselheiro e o general Artur Oscar solicita a Comissão de Engenharia do Exército que remova o entulho da igreja para localizar o corpo. A equipe médica chefiada pelo Dr. Miranda Cúrio retira a terra e descobre o corpo que está “coberto com uma esteira fina vestindo uma túnica azul e calçado com alpercatas de couro cru”.
O fotógrafo Flávio de Barros faz o registro do cadáver no sentido de documentar a morte e a identidade de Conselheiro, cuja fotografia será incluída na ata final da guerra escrita pelo exército. O exército sofreu 5.000 baixas desde o início da guerra e os conselheiristas em torno de 10.000 homens.

Cadáver de Antônio Conselheiro exumado pelo exército, próximo às ruínas da Igreja do Bom Jesus. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

> Jazia num dos casebres anexos à latada... Removida breve camada de terra, apareceu no triste sudário de um lençol imundo, em que mãos piedosas haviam desparzido algumas flores murchas, e repousando sobre uma esteira velha, de taboa, o corpo do "famigerado e bárbaro" agitador. Estava hediondo. Envolto no velho hábito azul de brim americano, mãos cruzadas ao peito, rosto tumefato e esquálido, olhos fundos cheios de terra – mal o reconheceram os que mais de perto o haviam tratado durante a vida.
> Desenterraram-no cuidadosamente. Dádiva preciosa – único prêmio, únicos despojos opimos de tal guerra!
> Fotografaram-no depois. E lavrou-se uma ata rigorosa firmando a sua identidade: importava que o país se convencesse bem de que estava afinal extinto, aquele terribilíssimo antagonista.
> Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, depois, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita – e como fora malbaratar o tempo exumando-o de novo, uma faca jeitosamente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lha; e a face horrenda, empastada de escaras e de sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores.
> Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura...

In: Cunha, Euclides da. Os sertões. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2009; p.510.

1897– 6 de outubro. O corpo de Antônio Conselheiro é degolado e sua cabeça é enviada para Salvador para o médico professor Nina Rodrigues, da Faculdade de Medicina da Bahia que avalia seu cérebro como sendo normal conforme as concepções da época de Medicina legal ou Antropologia física. O exército recolhe dois manuscritos junto ao corpo de Conselheiro: o primeiro intitula-se de "*Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo"* com data de 1895; e o segundo que foi finalizado em 1897 chama-se "*Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério da Anunciação, contendo a vida de Jesus Cristo e da Sagrada Família sob a ótica da Virgem Maria" seguido de "Os dez mandamentos da lei de Deus" e de textos retirados da Bíblia e de prédicas e discursos"* e também de um sermão chamado *"Sobre a República."*

Roberto Ventura (1997:176) observa que esses dois manuscritos de Antônio Conselheiro mostram um pregador leigo com um "ideal de martírio e desejo de salvação" e devoto de um catolicismo ortodoxo penitente, corrente no século XIX.

Nesses escritos, Conselheiro não segue o sebastianismo – crença no retorno do rei português D. Sebastião que morreu em batalha contra os mouros no século XVI lutar contra os inimigos do cristianismo - e também Conselheiro não se apresenta aos devotos como um messias que vai retornar e salvar a comunidade no dia do Juízo Final nem há menção a criação de um paraíso milenarista – advento de uma época de ouro ou de terra ideal sobre a terra. Conselheiro tinha uma Bíblia em latim e português e segue as recomendações de uma obra intitulada *"Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar o fruto das Missões*" escrito pelo padre Manoel Couto.
Ela preconiza que todo povoado "deve ter um sacerdote e na falta dele qualquer fiel que saiba ler bem e com vida exemplar pode conduzir o povo", ou seja, a igreja permite que em paróquias sem padres ordenados os pregadores leigos possam fazer sermões.

Quando o exército vai tomando áreas do arraial de Belo Monte, Euclides faz anotações e recebe dos soldados que entram nas casas semi-destruídas, alguns papéis e cadernos que contém poemas populares e profecias, que foram copiados pelos conselheiristas, todos com forte marca de oralidade.
Roberto Ventura (1997:173) interpreta que a leitura desse material dos moradores, levou Euclides a concluir que o arraial de Belo Monte é uma comunidade messiânica que está imbuída de sebastianismo – o retorno do rei português D. Sebastião que foi morto em batalha contra os mouros no século XVI.
Seria a volta de um messias que vai lutar e derrotar os inimigos do cristianismo, que no caso de Canudos são as tropas do exército que defendem a República.
O isolamento dos sertões torna possível a reatualização do mito do sebastianismo que chega com a colonização portuguesa, no século XVI e atravessa os séculos aparecendo em vários movimentos sociais e ressurgindo em Canudos, no século XIX.
Os poemas têm uma narrativa popular sobre a República com destaque para as consequências do regime republicano: a especulação financeira; as revoltas armadas e a perseguição a Antonio Conselheiro e às mudanças que foram introduzidas como o casamento civil e as eleições.
D.Sebastião viria para extinguir as mudanças republicanas e castigar quem estivesse apoiando a República – o reino do Anticristo – personagem do Apocalipse que surge antes do fim do mundo e que será derrotado por Conselheiro, antes da chegada de um período de mil anos de felicidade e fartura.

As profecias segundo Ventura (1997: 175) – a profecia das nações e a profecia de Jerusalém – contém um teor escatológico que anuncia fome e guerras, depois o fim de mundo e finalmente a criação do reino dos céus na. terra, um paraíso sem diferenças sociais, sem conflitos políticos com todos os homens submetidos a uma única autoridade divina.
A resistência dos conselheiristas que preferem morrer a se entregar às tropas do exército e a migração para o arraial durante o conflito podem ser entendidas segundo a crença da comunidade no milenarismo e messianismo. A morte não é assustadora porque depois do inferno que é a guerra, os eleitos de Deus vão entrar num Paraíso de mil anos.
Euclides não teve acesso aos dois manuscritos do Conselheiro, na estadia em Canudos nem durante a escrita do livro *Os Sertões*. Somente em 1909, o escritor Afrânio Peixoto repassa a Euclides um dos manuscritos (1897) que recebera das mãos do médico João Pondé.

1897 – novembro - O jornal monarquista *O Comércio de São Paulo* publica artigo de Afonso Arinos com acusações ao general Artur Oscar sobre suas ordens de degola dos prisioneiros e de incêndio do arraial de Belo Monte. É o único jornal em toda a imprensa a fazer protestos contra esses atos de barbárie feitos pelas forças militares.

Corpos em casas de Canudos depois da tomada e incêndio do arraial pelo exército na 4ª expedição. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

1897 – 5 de novembro. No Arsenal de Marinha ocorre um atentado contra o presidente Prudente de Moraes feito pelo soldado Marcelino Bispo de Melo, na recepção ao general João da Silva Barbosa - comandante da primeira coluna da Quarta Expedição – que volta de Canudos. O marechal Carlos Machado de Bittencourt é ferido e morre em consequência dos golpes de faca recebidos ao defender Prudente de Moraes. A conspiração envolve florianistas e jacobinos aliados do vice-presidente Manuel Vitorino. Prudente aproveita o atentado para fortalecer a candidatura presidencial de Campos Sales apoiada por proprietários de café adeptos de um candidato civil e para reprimir os grupos jacobinos e os militares florianistas.

1898 – 2 de fevereiro. O fotógrafo Flávio de Barros divulga 25 fotos - parte do conjunto - que registrou durante a 4 ª expedição da guerra de Canudos, em uma projeção elétrica no centro do Rio.
Cícero de Almeida (1997:27) relata que no jornal *Gazeta de Notícias* a exibição aparece num anúncio onde se lê “Cenas de toda a guerra de Canudos tiradas no campo de ação pelo fotógrafo Flavio de Barros por consenso do comandante em chefe das tropas.” “As crianças nada pagam.” “Entrada 1$000”.

1898 – Euclides recebe novo encargo da Superintendência de Obras Públicas em São Paulo. Durante três anos, trabalha e mora em São José do Rio Pardo para reconstruir a ponte sobre o rio que havia desabado.
Numa pequena cabana de madeira e zinco Euclides supervisiona as obras da ponte e nas horas livres inicia a redação de *Os Sertões*.
Finaliza a primeira versão em 1900. O prefeito da cidade engenheiro Francisco Escobar torna-se amigo de Euclides e um interlocutor que o apoia com livros, informações e depois com revisões da obra.

1898 – Em 1º de março, Campos Salles é eleito presidente da República. O Ministério da Guerra apresenta à Presidência da República um relatório sobre as operações militares da 4ª expedição em Canudos. Jornalistas, militares, médicos e políticos publicam livros de ficção e não ficção sobre a guerra de Canudos: *Última expedição a Canudos* do tenente-coronel Emídio Dantas Barreto; *A 4ª expedição contra Canudos* do major Antônio Constantino Neri; *Guerra de Canudos* do jornalista Fávila Nunes e o romance *Os jagunços* de Afonso Arinos.

1899 – Novos livros sobre a guerra de Canudos denunciam a degola de prisioneiros: *O rei dos jagunços*, do jornalista Manuel Benício; *Descrição de*

uma viagem a Canudos do estudante de medicina Alvim Martins Horcades; *Libelo republicano* do deputado baiano César Zama.

1901 – Euclides publica um estudo histórico intitulado *O Brasil no século XIX* no jornal *O Estado de São Paulo q*ue assim como *Jornal do Commercio* não se interessam em publicar o livro *Os Sertões* temerosos de um fracasso de vendas, tantos anos após o fim da guerra.
Finalmente Euclides assina contrato para publicação de *Os Sertões* com a *Casa Laemmert*, editora situada na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Assume metade dos custos da edição – 1200 exemplares – montante que chegava quase ao dobro do seu salário de engenheiro.
Nasce seu filho, Manuel Afonso Ribeiro da Cunha.

1902 – 2 de dezembro. Euclides publica o livro *Os Sertões* com 637 páginas in-oitavo pela *Casa Laemmert* por recomendação do crítico José Veríssimo e do jurista Lucio de Mendonça. Antes de o livro chegar às livrarias, Euclides faz uma revisão com dezenas de correções feitas em todos os exemplares com o apoio dos impressores na gráfica.
A edição contém desenhos, croquis de paisagens, mapas geográficos, geológicos e botânicos elaborados por Euclides a partir de rascunhos feitos no local do conflito e três fotografias de autoria de Flávio de Barros que esteve na campanha militar da 4ª expedição: *Divisão Canet; 7º Batalhão de Infantaria nas trincheiras e 400 jagunços prisioneiros*. Euclides renomeia as legendas dessas fotos como: *Monte Santo (Base de Operações); Acampamento dentro de Canudos e As prisioneiras*.
Euclides chama *Os Sertões* de *o livro vingador*, pois a obra denuncia o massacre dos prisioneiros e a responsabilidade do exército, da igreja e do governo no aniquilamento da comunidade de Canudos.
Reconhece que os conselheiristas não eram adeptos da monarquia nem faziam parte de uma conspiração monárquica, nem tinham nenhum apoio de países estrangeiros.
Euclides assume a omissão de suas reportagens escritas para o jornal *O Estado de São Paulo* sobre a degola de prisioneiros e a violência contra mulheres e crianças que testemunhou durante sua estadia no teatro de operações da guerra.
Walnice Nogueira Galvão (2009:8) acha que o enigma que Euclides quer desvendar no livro *Os sertões* é: “por que existe um fenômeno como Canudos no Brasil que aboliu a escravidão, derrubou a monarquia e instaurou a república, esses passos gigantescos no caminho em direção ao progresso”?

“Quais as razões do atraso do interior brasileiro e do Brasil em relação às outras nações”?
O livro é uma obra híbrida que entrelaça história, ciência e literatura ao mostrar uma perspectiva científica de base evolucionista unida à construção literária caracterizada pelo fatalismo trágico e pelo romantismo.
Euclides utiliza formas de ficção como a tragédia e a epopeia para narrar o inenarrável – o horror da guerra – e colocar os fatos históricos num enredo universal.
Dentre os muitos livros escritos sobre Canudos, a obra *Os sertões* apresenta várias singularidades: escrita poética com antíteses e paradoxos; pesquisa em fontes primárias e secundárias sobre história, geografia, geologia e botânica; utilização de trabalho de campo etnográfico e uma interpretação do país que mostra culturas e modos de vida antagônicos, mas que depois de uma análise comparativa podem revelar muitas similitudes.
Essas culturas podem ser vistas como faces contraditórias e complementares do país. O sertão seria um espelho do litoral, a barbárie e o fanatismo religioso e político ocorreriam nos dois lados do conflito.

Ventura (2002:52) cita a comparação de Euclides entre a violência do quebra-quebra dos jornais monárquicos feitas pelos jacobinos na derrota da expedição Moreira César, no Rio de Janeiro, em março de 1897, e a truculência e barbárie dos sertanejos em Canudos.
Essas antíteses e paradoxos aparecem também nas contradições de Euclides que assiste à atuação de um exército republicano que em princípio representa a civilização, mas emprega métodos bárbaros com os conselheiristas nas operações da guerra em Canudos – como a degola dos prisioneiros.
No jornal *Correio da Manhã*, o crítico José Veríssimo publica artigo com elogios ao livro e algumas restrições ao estilo rebuscado, expressões arcaicas. Outros literatos eminentes como Araripe Jr e Coelho Neto elogiam a obra por mostrar uma identidade nacional formada pela autenticidade e verdade dos sertanejos e por revelar o interior do país - desconhecido para as elites do litoral. A obra torna-se um sucesso de crítica e público e a edição de 1200 exemplares se esgota em torno de dois meses.
Roberto Ventura (2002:19) menciona que em correspondência Euclides escreve que graças a *Os Sertões*, o “engenheiro letrado Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha realiza seu sonho e torna-se o escritor Euclides da Cunha”.

1903 – O livro *Os Sertões* é lançado em 2 ª edição e em 1905, a 3ª vai para as livrarias. A obra torna-se um clássico da historiografia e da literatura brasileira e é consagrada como uma das obras canônicas de interpretação do Brasil.

1903 – abril. Euclides é eleito para a Academia Brasileira de Letras em 24 de abril para a cadeira nº 7 cujo patrono é Castro Alves. Torna-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro onde toma posse em 20 de novembro com um discurso em que critica a Constituição Republicana de 1891 que consagra a "política dos governadores" – os chefes dos executivos estaduais são escolhidos em reuniões de gabinete em detrimento do voto popular. Solicita demissão do cargo de engenheiro da Superintendência de Obras de São Paulo.

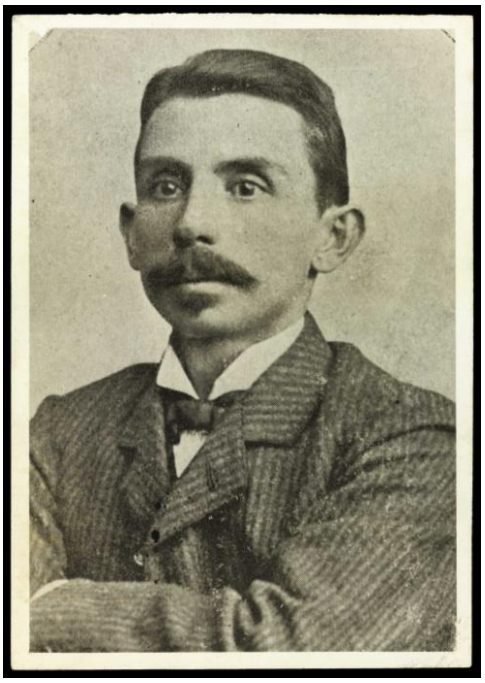
1904 – Trabalha alguns meses na Comissão de Saneamento de Santos. Viaja para a Amazônia depois de ser nomeado pelo Barão do Rio Branco, chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, na fronteira entre o Brasil e o Peru, com a missão de realizar o levantamento cartográfico do rio.

1906 – Em 5 de janeiro, Euclides volta ao Rio de Janeiro da expedição ao Alto Purus, na Amazônia, em precário estado de saúde pois adquiriu malária que se soma à tuberculose crônica. No Ministério das Relações Exteriores trabalha como adido ao Barão do Rio Branco com a missão de preparar mapas e instruções para construção da estrada de ferro Madeira- Mamoré. Encontra sua esposa Ana Emília, grávida devido às relações extraconjugais com o cadete Dilermando de Assis, colega de seu filho mais velho na Escola Militar. Nasce, em 11 de julho, Mauro, que falece de problemas congênitos com sete dias de vida.

1907 – Euclides publica o livro *Contrastes e Confrontos* que reúne seus artigos sobre a Amazônia e questões políticas da República. Eles foram anteriormente publicados nos jornais *O Commercio de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Paiz*.

1908 – O médico e escritor Afrânio Peixoto entrega a Euclides da Cunha um caderno manuscrito de Antônio Conselheiro datado de 1897, anteriormente em poder do médico João Pondé que participou do Corpo Médico da 4ª expedição.

Ele recebera dois cadernos manuscritos de Conselheiro – um de 1895 e outro de 1897 – que foram encontrados junto ao corpo do líder religioso, no local conhecido como santuário, junto à igreja do Bom Jesus.



Retrato de Euclides da Cunha. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

1909 – Em maio, Euclides presta as primeiras provas do concurso para a cadeira de Lógica do Ginásio Nacional, atual Colégio Pedro II. Embora classificado em segundo lugar, em julho é nomeado professor depois do apoio do Barão do Rio Branco e de Coelho Neto junto ao presidente da república Nilo Peçanha.

Em sua casa em Copacabana, num domingo, Euclides recebe para almoço, passeia na praia e concede uma entrevista a Viriato Correia, que será publicada na revista *Ilustração Brasileira*, no dia de sua morte. Esta será sua última entrevista.

Em 15 de agosto, Euclides sai de casa em Copacabana armado com um revólver e se desloca até a casa dos Assis, no bairro da Piedade, onde morre depois de troca de tiros com o cadete Dilermando de Assis e seu irmão, o aspirante Dinorá.

Euclides é atingido por três disparos e falece com um tiro fulminante de Dilermando no jardim da residência. Dilermando recebe quatro tiros de Euclides e Dinorá também é ferido no ombro. Posteriormente, Dilermando irá a julgamento e será absolvido com a alegação de legítima defesa.

1909 – setembro. Publicação póstuma de *À margem da história*, livro de ensaios sobre a Amazônia.

1911 – No Rio de Janeiro, Edgard e Carlos Sussekind de Mendonça – alunos de Euclides no Colégio Pedro II criam o Grêmio Euclides da Cunha.

1915 – O Grêmio incorpora o engenheiro e educador Francisco Venâncio Filho - estudioso da obra de Euclides da Cunha - que publica vários livros, artigos e conferências sobre o escritor. Entre 1915 e 1939, o Grêmio publicou uma revista de estudos sobre Euclides.

1938 – Criação da 1ª Semana Euclidiana, em São José do Rio Pardo (SP), por Oswaldo Galloti, médico e especialista na obra de Euclides da Cunha. A Semana é realizada de 9 a 15 de agosto, data do falecimento do escritor que se torna feriado municipal.

1946 – Criação da Casa de Cultura Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo (SP), local onde Euclides morou, trabalhou e escreveu o livro *Os Sertões*. A Casa recebeu todo o acervo do Grêmio Euclides da Cunha: correspondência, fotografias, manuscritos que haviam sido preservados por Francisco Venâncio Filho. A instituição promove concursos, conferências e seminários. A Casa possui uma coleção de fotos de Flávio de Barros sobre Canudos, a terceira existente além da coleção do Museu da República e da existente no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

1946 – Início dos estudos para construção do açude de Cocorobó, na região de Canudos.

1948 – Na revista *O Cruzeiro*, reportagem sobre Canudos com texto do jornalista Odorico Tavares que entrevista uma série de moradores contemporâneos de Antônio Conselheiro, ilustrada com fotografias de Pierre Vergé.

1952 – O Departamento Nacional de Obras contra as Secas inicia a construção do açude de Cocorobó. O Caderno de Fotografia Brasileira

(2002:29) destaca que em visita à região o presidente Getúlio Vargas teria dito “Canudos é um cemitério que as águas cobrirão”.

1963 – O cineasta Glauber Rocha dirige o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* que apresenta o personagem Sebastião – um beato com traços de líderes de movimentos messiânicos que prega profecias sebastianistas e de fim de mundo – inspirado em Antônio Conselheiro e na guerra de Canudos.

1968 – As chuvas intensas transbordam as águas do açude de Cocorobó e inundam a região da Canudos original que é destruída novamente. No período de estiagem, as águas baixam e as antigas ruínas das construções do arraial reaparecem. Os moradores são transferidos para o povoado vizinho agora chamado de Nova Canudos.

1974 – Ataliba Nogueira publica o caderno manuscrito de Antônio Conselheiro datado de 1897 em *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica.* Em 2002 Walnice Nogueira Galvão e Fernando da Rocha Peres publicam os evangelhos que fazem parte do outro caderno de 1895 em *Breviário de Antônio Conselheiro*.

1983 – Na Universidade Federal da Bahia, o Centro de Estudos Baianos cria o Núcleo Sertão que recebe a doação de 4.000 obras sobre Canudos do acervo do professor, pesquisador e historiador José Calasans, especialista no tema.

1985 – É criado o município de Canudos.

1986 – O governo da Bahia cria o Parque Estadual de Canudos (PEC), às margens do açude de Cocorobó. O Centro de Estudos Euclides da Cunha, da Universidade do Estado da Bahia inicia um projeto de resgate da memória da região de Canudos que reúne cientistas sociais e médicos sanitaristas.

Munição de canhão utilizada na 4ª expedição. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

II *BIBLIOGRAFIA*

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.7, n.14, 1994.

ABREU, Regina. O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os sertões* na virada do século. História, Ciências, Saúde: Manguinhos. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Volume V, suplemento, julho de 1998.

ALMEIDA, Cícero Antônio F de. O álbum fotográfico de Flávio de Barros: memória e representação da guerra de Canudos. In: História, Ciências, Saúde: Manguinhos. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Volume V, suplemento, julho de 1998.

ALMEIDA, Cícero Antônio F de. O sertão pacificado ou o trabalho de Flávio de Barros no front. Cadernos de Fotografia Brasileira: Canudos. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de; BARROS, Flávio de. Canudos: imagens da guerra. Rio de Janeiro: Lacerda Editores; Museu da República. 1997.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. A fotografia de guerra e o episódio de Canudos ou a documentação como alvo. Cadernos de Fotografia Brasileira: Canudos. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

ASSIS, Machado de. Gazeta de Notícias. A semana. 31 de janeiro de 1897. Disponível em machado.mec.gov.br. Acesso em março de 2017.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira. As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro. Revista USP: Dossiê Canudos. São Paulo, nº 20. Dez/jan/fev.1993-1994.

BARROS, Flávio de. Acervo fotográfico In: http://brasilianafotografica.bn.br /brasiliana. Acesso em fevereiro de 2017.

BRIZUELA, Natalia. A fotografia às margens da história: os sertões. In: Fotografia e império – paisagens para um Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras; Instituto Moreira Salles, 2012.

CADERNOS de Fotografia Brasileira: Canudos. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

CADERNOS de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

CUNHA, Euclides da. Caderneta de campo. Introdução, notas e comentário de Olympio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009 a.

CUNHA, Euclides da. Diário de uma expedição. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões: campanha de Canudos. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 1ª edição, 2009 b.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões: campanha de Canudos. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert Editores & C., 3ª edição, 1905.

ESSUS, Ana Maria Mauad de Souza Andrade. O olho da história – análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 6, número 01/02, 1993.

EUCLIDES da Cunha – uma poética do espaço brasileiro. Catálogo da exposição. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

GALVÃO, Walnice Nogueira. No calor da hora – a guerra de Canudos nos jornais. São Paulo: Ática, 3ª edição, 1978.

GALVÃO, Walnice Nogueira. O império do Belo Monte: vida e morte de Canudos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Entrevista/ Walnice Nogueira Galvão. Euclides, o Castro Alves dos Sertões. Revista do Livro da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional. Nº 52, ano 17, março 2009.

GUTIERREZ, Juan. Acervo fotográfico. In: http://brasilianafotografica.bn.br /brasiliana. Acesso em fevereiro de 2017.

LEVINE, Robert M. O sertão prometido – o massacre de Canudos. São Paulo: Editora da USP, 1995.

LIMA, Luiz Costa. Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2000.

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde: Manguinhos. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, volume V, suplemento, julho de 1998.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. Revista Brasileira de História da Mídia. Rio de Janeiro. Vol.2, n.2, jul/dez.2013.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Órfãos do Conselheiro. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 1, nº 1, julho de 2005.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Pistas de um enigma. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Ano 3, nº 26, novembro 2007.

PEREIRA, Paulo Roberto. Três olhares sobre Canudos. Revista do Livro da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional. Nº 52, ano 17, março 2009.

SATTAMINI, Vanessa. História de um jaguncinho. Revista do Livro da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional. Nº 52, ano 17, março 2009.

SILVA, José Maria de Oliveira. Guerra de Canudos – as *prédicas* em debate. Projeto História, São Paulo, (30), p. 265-276, jun.2005.

TEIXEIRA, Evandro; BENTES, Ivana. Canudos 100 anos. Rio de Janeiro: Editora Textual, 1997.

VENTURA, Roberto. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 1997, v.40, nº 1.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha: esboço biográfico. Organização de Mario Cesar Carvalho, José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VENTURA, Roberto. Os sertões. São Paulo: Publifolha, série Folha Explica, 2002.

ZILLY, Berthold. Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da guerra de Canudos: as fotografias que Euclides da Cunha gostaria de ter tirado. História Ciências, Saúde: Manguinhos. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Volume V, suplemento, julho de 1998.

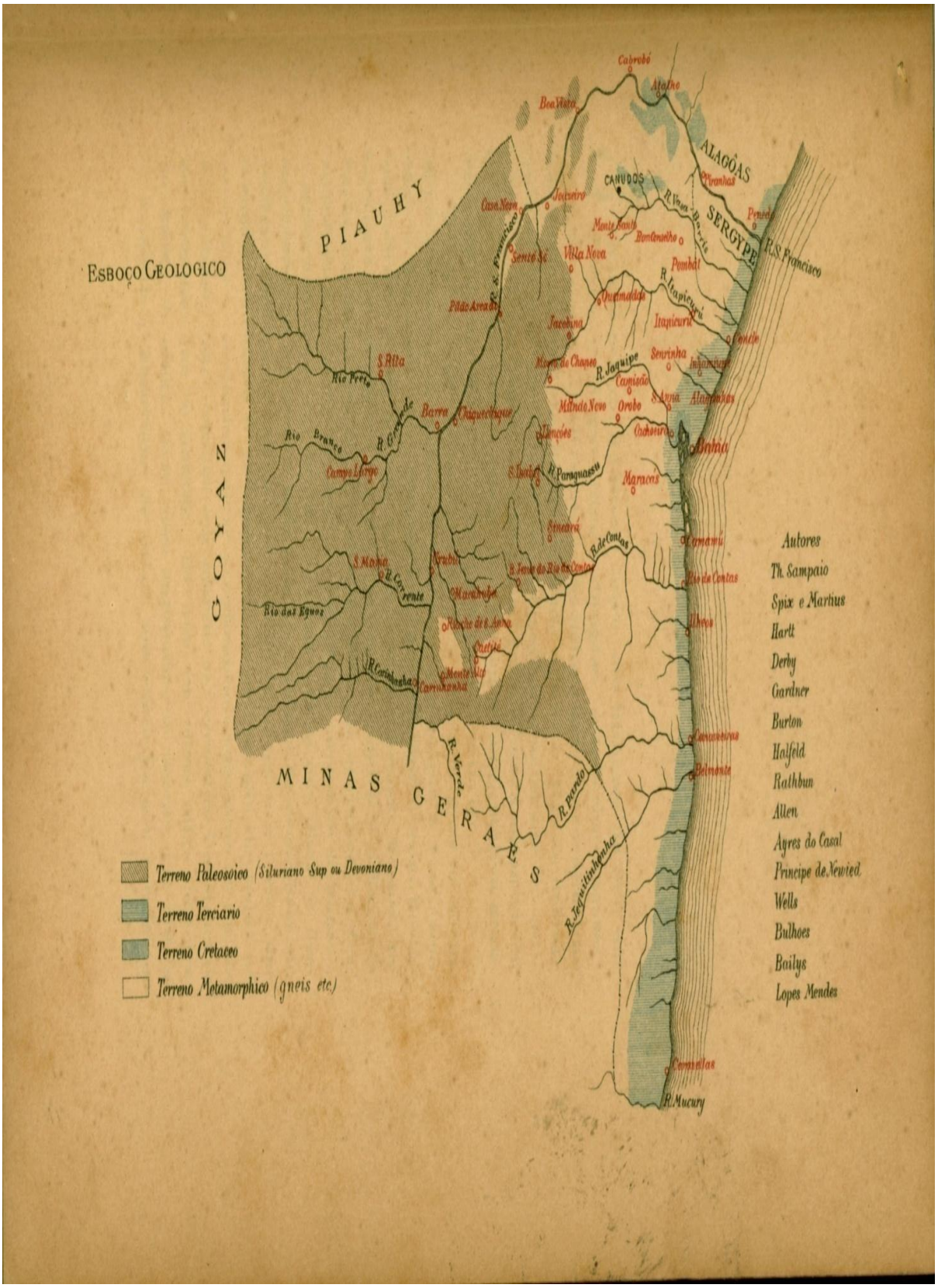
ZILLY, Berthold. A guerra como painel e como espetáculo. A história encenada em *Os sertões*. História, Ciências, Saúde: Manguinhos. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Volume V, suplemento, julho de 1998.

III *ANEXOS:*

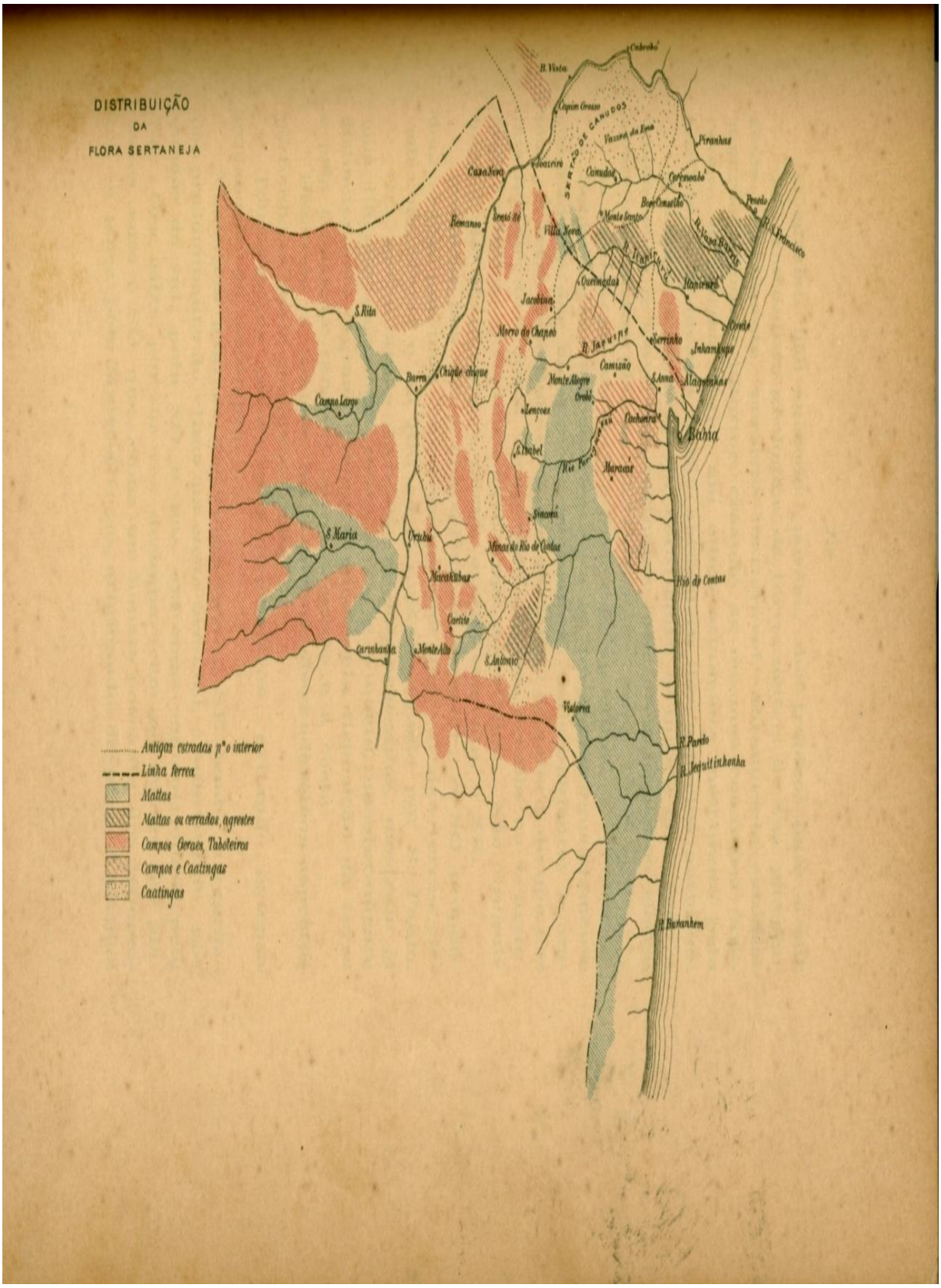
Divisão Canet. Fotografia publicada na 1ª edição do livro Os *sertões* de Euclides da Cunha com a legenda *Monte Santo (Base de Operações).* Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

7º Batalhão de Infantaria. Fotografia publicada na 1ª edição do livro *Os sertões* de Euclides da Cunha com a legenda *Acampamento dentro de Canudos*. Fotografia de Flávio de Barros. 1897. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.

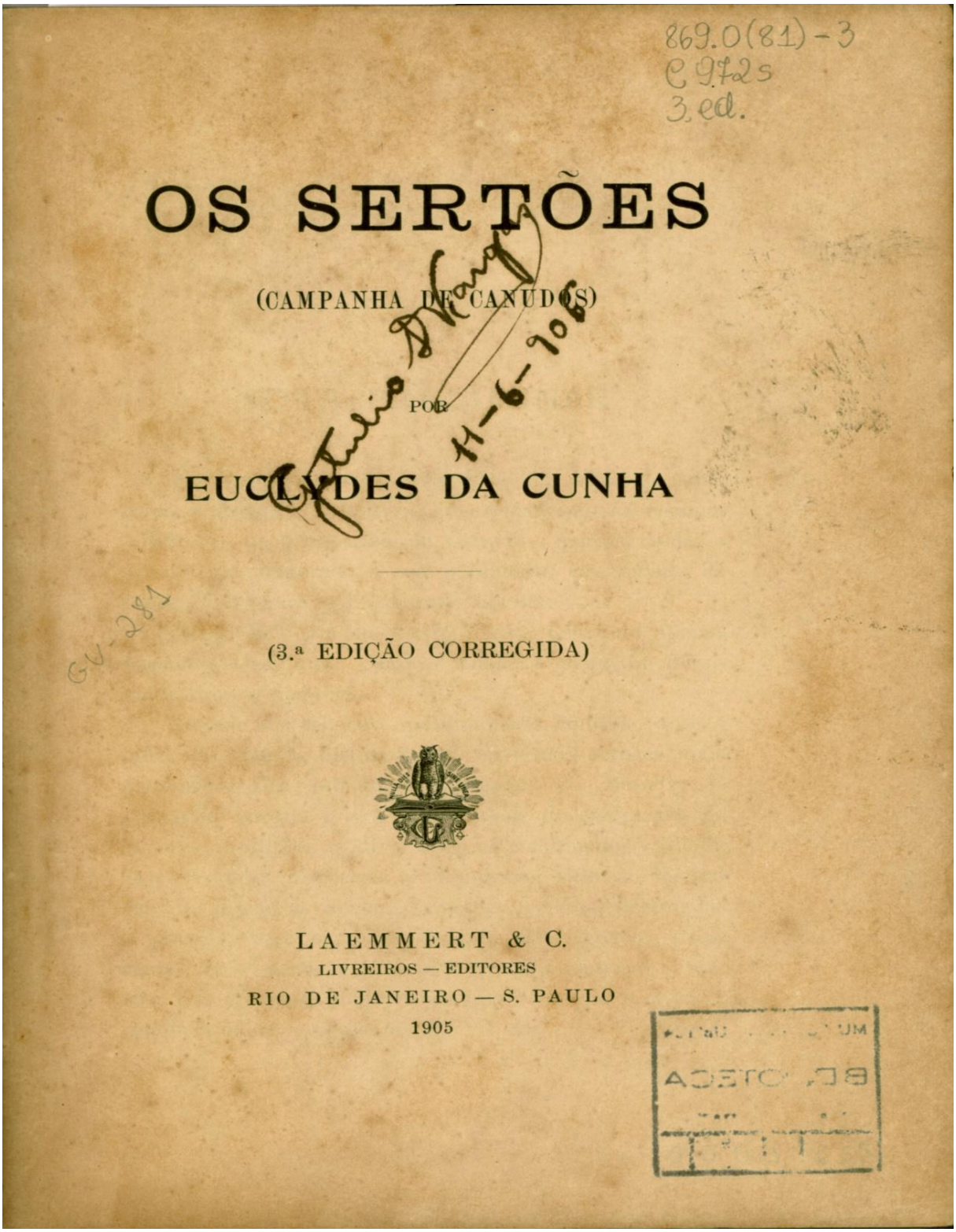
Esboço geográfico do sertão de Canudos. In: *Os Sertões*. Euclides da Cunha. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1905. 3ª edição. Fotografia de Flávio Leão. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.



Esboço geológico do estado da Bahia. In: *Os Sertões*. Euclides da Cunha. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1905. 3ª edição. Fotografia de Flávio Leão. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.



Distribuição da flora sertaneja. In: *Os Sertões*. Euclides da Cunha. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1905. 3ª edição. Fotografia de Flávio Leão. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.



869.0(81)-3
C 972s
3. ed.

OS SERTÕES

(CAMPANHA DE CANUDOS)

POR

EUCLYDES DA CUNHA

(3.ª EDIÇÃO CORREGIDA)

LAEMMERT & C.
LIVREIROS — EDITORES
RIO DE JANEIRO — S. PAULO
1905

Folha de rosto de exemplar de *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1905. 3ª edição. Fotografia de Flávio Leão. Acervo Museu da República/Ibram/MinC.